

# Neo Catecumenato

Orlando Fedeli

## NEO CATECUMENATO

### 1. INTRODUÇÃO

Recebemos da Sra. Margarida Hulschof, jornalista que se afirma membro da comunidade Neo Catecumenal há onze anos, um “Comentário” do livro do Padre Enrico Zoffoli, o qual critica e condena as teses do Neo Catecumenato, expostas nas apostilas de Kiko Arguelo, o fundador desse movimento.

O “Comentário” elaborado pela Sra. Hulschof visa defender o Neo Catecumenato, e negar as acusações de heresia feitas por Padre Zoffoli a Kiko Arguelo, procurando provar a sua ortodoxia.

Na realidade, porém, a Sra. Hulschof confirma não só a existência das apostilas de Kiko Arguelo, parcialmente lidas por ela – apostilas cuja existência era negada, aqui no Brasil, por muitos membros do Neo Catecumenato – como vai ainda mais longe: a Sra. Hulschof confirma, defende, justifica e aprofunda as heresias e erros doutrinários escandalosos de Kiko Arguelo.

Desse modo, o “Comentário” redigido pela Sra. Hulschof atinge o efeito oposto àquele que pretendia: esse “Comentário” passa a ser a confissão e a prova mais clara dos erros de Kiko e do Neo Catecumenato.

E isso chega a tal ponto que quase torna desnecessária a publicação dos textos completos de Kiko. Basta o “Comentário” de Dona Margarida Hulschof para demonstrar os erros contra a fé em que incidem, juntos, Kiko, a Sra. Hulschof e o Neo Catecumenato. Há, pois, que agradecer à Sra. Hulschof o

serviço involuntariamente prestado por ela à defesa da verdadeira doutrina católica.

O “Comentário” de Dona Margarida Hulschof é longo. Dele colheremos, em primeiro lugar, as acusações de Padre Zoffoli a Kiko e a defesa feita pela Sra. Hulschof. Reproduziremos, em seguida, as condenações da Igreja aos erros de Kiko e da Sra. Hulschof. Finalmente, comentaremos questões morais levantadas pelo texto analisado e o método de análise da Sra. Hulschof.

Acusações de Padre Zoffoli às Apostilas de Kiko e “Defesa” desses erros por parte da Sra. Margarida Hulschof.

**1ª Acusação: “Na Eucaristia não há nenhuma oferta”, a Missa não é “sacrifício”.**

Textos de Kiko citados pela Sra. Hulschof:

“É claro que oferecer coisas a Deus não é nenhuma coisa má. Você pode oferecer a Deus o que quiser, mas a Eucaristia é uma coisa diferente, completamente diferente de tudo isso. Na Eucaristia you não oferece nada. É Deus absolutamente presente que nos dá a coisa maior, isto é, a vitória de Jesus Cristo sobre a morte. Ele vem dar-lhe tudo e levá-lo ao Pai.” (pág. 256 das Orientações para os Catequistas). (Apud Margarida Hulschof, “Comentário”, p. 9. O Negrito, o itálico e o sublinhado são nossos).

“A Igreja primitiva não tinha ofertório: simplesmente trazia-se o pão e o vinho para celebrar os mistérios. Agora recuperou-se o sentido hebraico das bênçãos ascendentes e se diz: “Como se reúnem os grãos de trigo para formar um só pão, assim seremos reunidos no teu Reino.” Porém ainda ficaram resquícios humanistas quando se diz: “Fruto do trabalho do homem”.

(Kiko, Apostila – Catequese sobre a Eucaristia p. 262, apud Hulschof p. 10).

“Acontece que muitos padres jovens, que querem coisas novas, fazem o ofertório como se fosse uma grande renovação. Não entendem a finalidade da reforma. Na Eucaristia não há oferta nenhuma; as ofertas se trazem e se apresentam simplesmente.”

(Kiko, Apostila, apud Hulschof p. 10).

Apesar de citar esses textos de Kiko, que confirmam amplamente a acusação feita por Padre Zoffoli, a Sra. Hulschof ousa escrever:

“Está mais do que claro. Kiko não diz que não há oferta, e sim que a oferta não parte de nós, mas de Deus. E ele se dá de forma totalmente gratuita, sem exigir que lhe paguemos por isso – mesmo porque não o poderíamos”. (M. Hulschof, “Comentário”, p. 10).

Ora, Kiko afirma: “Na Eucaristia não há oferta nenhuma”

Apesar disso, assevera a Sra. Hulschof: “Está mais do que claro. Kiko não diz que não há oferta, e sim que a oferta não parte de nós, mas de Deus.”

E a Sra. Hulschof ousa insinuar que Padre Zoffoli age com má fé ao citar os textos de Kiko, e afirma que ela “já demonstrou suficientemente a arbitrariedade com que Zoffoli “manipulou” as palavras de Kiko e Carmem” ( “Comentário”, p. 22), e que eu mesmo distorço o que me escrevem os membros do Neo Catecumenato...

Sobre a negação de que a Missa seja um verdadeiro sacrifício, Hulschof cita Kiko:

“Quando, na Idade Média, se começa a discutir sobre o sacrifício, no fundo discutem coisas que não existiam na Eucaristia primitiva, porque sacrifício

na religião pagã é “sacrum facere”, fazer o sagrado, colocar-se em contato com a divindade através de sacrifícios cruentos. Nesse sentido, não há sacrifício na Eucaristia. A Eucaristia é sacrifício num outro sentido, porque na Eucaristia há, sim, a morte, mas também há a ressurreição da morte. A Eucaristia é Páscoa, passagem da morte à ressurreição. Por isso, dizer que a Eucaristia é sacrifício está certo, mas está incompleto. A Eucaristia é sacrifício de louvor, um louvor completo de comunicação com Deus através da Páscoa do Senhor. Ocorre que na Idade Média a ideia de sacrifício não era entendida desta forma, mas no sentido pagão. O que se via na missa é que alguém se sacrificava – o Cristo. Na Eucaristia via-se unicamente o sacrifício da cruz de Jesus Cristo. Aos poucos, foi-se encobrendo a Páscoa.” (pág. 256-257. Apud Hulschof Comentário, p. 11).

E Kiko diz ainda:

“O sacramento eucarístico foi instituído numa refeição – a última ceia – e tem, portanto, o sentido de refeição, e não de sacrifício expiatório, embora seja também a memória do sacrifício de Cristo.” (Kiko, Apostilas, apud Hulschof, “Comentário”, p 13).

Sobre a ideia de haver sacrifício na Missa, a Sra. Hulschof afirma, com base no que diz Kiko, em suas Apostilas:

“Quanto ao “sacrifício”, Kiko diz que houve também a contaminação com a ideia de sacrifício pagão, onde um animal ou mesmo uma pessoa era sacrificada à divindade. Era essa também a mentalidade do povo do Antigo Testamento. Mas Jesus salientou a ineficácia desse tipo de sacrifício, substituindo-o pelo “sacrifício perfeito” – o seu próprio, que é

diferente porque Cristo não ficou na morte, mas ressuscitou. Na letra e) da pág. 20, Zoffoli acusa Kiko de “atribuir a salvação à ressurreição de Cristo, não à sua paixão e morte, que – conforme todas as fontes da Revelação e a unânime tradição do Magistério, é a única causa meritória da sua própria ressurreição e de todos os nossos bens espirituais e eternos.” (Hulschof, p. 10).

Mas a Sra. Hulschof não cita o seguinte texto escandaloso, blasfemo e herético das Apostilas de Kiko:

“Carmen lhes explicou como as idéias sacrificiais, que Israel tinha tido e tinha sublimado, introduziram-se novamente na Eucaristia cristã. Será que Deus precisa do Sangue do Seu Filho, do seu sacrifício para aplacar-se? Mas que raça de Deus fizemos? Chegamos a pensar que Deus aplacava a sua ira no sacrifício do Seu Filho ao modo dos Deuses pagãos. Por isso os ateus diziam: Que tipo de Deus será aquele que volta sua ira contra Seu Filho na cruz?... E quem podia responder?...” (Kiko , Apostilas, p. 333. O sublinhado é meu).

Ora, que ensina a Igreja sobre o Ofertório e o sacrifício, na Missa?

O Concílio de Trento condena o seguinte erro:

Cânon 1: “Se alguém disser que no sacrifício da Missa não se oferece a Deus um verdadeiro e próprio sacrifício, ou que o oferece-lo não é outra coisa que dar-se nos a comer Cristo, seja anátema.” (Denziger, 948).

Cânon 3: “Se alguém disser que o sacrifício da Missa é somente um sacrifício de louvor e de ação de graças, ou mera comemoração do sacrifício cumprido na cruz, porém que não é propiciatório; ou

que ele aproveita apenas a quem o recebe; e que não deve ser oferecido pelos vivos e pelos defuntos, pelos pecados, penas, satisfações e outras necessidades, seja anátema” (Denzinger, 950)

E Pio XII ensinou, na encíclica *Mediator Dei*:

“O augusto sacrifício do altar não é, pois, uma pura e simples comemoração da Paixão e Morte de Cristo, mas um verdadeiro e propriamente dito sacrifício, no qual, imolando-se incruentamente, o Sumo Sacerdote faz o que fez uma vez sobre a Cruz, oferecendo-se totalmente ao Pai eterno como hóstia gratíssima. “Uma e mesma é a vítima: e Aquele que agora oferecemos pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que, outrora, se ofereceu na Cruz, divergindo, apenas, o modo de oferecer” (Conc de Trento, Sessão XXII, cap. 2 in Pio XII, *Mediator Dei*, n\* 64).

De modo que as acusações de Padre Zoffoli contra Kiko ficam comprovadas, e como elas são defendidas por Hulschof, que assim adere aos erros e heresias de Kiko, ambos caem nas condenações e anátemas de Trento.

Não estou dando aqui a minha opinião (que não tem valor nem importância maior), mas apenas constatando que Kiko e Hulschof defendem e ensinam o oposto do que defende e ensina o Concílio de Trento, que é infalível.

Escandalosa e blasfema é a afirmação de Kiko que a Igreja, a partir de Constantino, se deixou contaminar pela ideia pagã de sacrifício, e que, na Idade Média, a ideia que se tinha de Missa era pagã. Essa afirmação de Kiko—acatada pela Sra. Hulschof — nega que o Espírito Santo assista continuamente a Igreja, e admite que a Igreja, errou durante 1600 anos acerca do que é realmente a missa. E a Igreja teria errado durante 16 séculos, apesar de, nesse tão longo período, ter realizado

muitos Concílios dogmaticamente infalíveis. Precisou vir Kiko, para restaurar a verdadeira noção de Missa.

**2ª Acusação: Kiko despreza as “migalhas do pão consagrado, indicativo da negação da presença real de Cristo mesmo nas partículas da hóstia”.**

A Sra. Hulschof cita a acusação de Padre Zoffoli, dizendo:

“Há também a questão das “migalhas”, à qual Zoffoli não deu destaque na presente obra, mas que já mencionou em outras, dizendo que, nas Eucaristias do Caminho, as pessoas dançam pisando nas migalhas do pão Eucarístico caídas no chão”.

Logo em seguida, ela confirma que a acusação é verdadeira:

“É verdade que nós dançamos após a celebração, porque a Eucaristia é uma festa. E, se houver no chão migalhas, é possível que, sem querer, pisemos em cima delas. Mas é tomado todo o cuidado possível no sentido de evitar que caiam migalhas no chão.”

Portanto, os Neo Catecumenais dançam, e possivelmente pisam sobre as migalhas do pão consagrado. Mas, explica-nos Dona Margarida, que eles fazem isso, sem querer. Não o fazem de propósito. Tomam até cuidado para que as migalhas consagradas não caiam ao chão. Mas, se caírem, que fazer? Não se deixará de dançar. Dançarão, pisando nelas.

Simple, não?

E Dona Margarida Hulschof reconhece esse horror com a maior frieza do mundo, como se estivesse declarando que tomou um copo d'água.

Simplemente escandalosas são as palavras da Sra. Hulschof, e sacrílegas e profanadoras são essas danças dos Neo Catecumenais, promovidas pelas doutrinas de Kiko.

E a Sra. Hulschof até reconhece que, antigamente, na Igreja, se tomava mais cuidado com as hóstias consagradas, tendo o Vaticano II acabado com esses cuidados:

“Se ainda assim isso acontecer, o risco é pelo menos igual ao das Missas tradicionais. Antigamente o cuidado era maior, com a comunhão sobre uma balaustrada, dada diretamente na boca e ainda com a patena colocada por baixo. Se a Igreja quis abolir tudo isso, implantar a comunhão nas mãos e ainda autorizar a distribuição da comunhão por ministros extraordinários, que a levam aos doentes nas casas e às celebrações do culto eucarístico em comunidades rurais, suponho que seja por haver compreendido que Deus faz mais questão de estar presente no coração das pessoas do que estar cercado de respeito e cuidado, mas distante e inacessível. As mudanças pastorais do Concílio Vaticano II foram uma tentativa de resgatar os valores originais e a forma original de fé vivida pelas primeiras comunidades cristãs, que tinham Cristo como presença real e concreta em suas vidas, alguém familiar e não distante, como a idéia de Deus que se foi criando com o tempo, respeitosa mas desvinculada da vida. Também o Caminho Neocatecumenal caminha exatamente na direção desse resgate da força e da pureza original da fé das primeiras comunidades, desejando limpá-la dos desvios e acessórios que se foram instalando com o tempo. Como no Caminho as comunidades são pequenas e restritas, esse “resgate” pode ser feito de uma forma mais profunda, o que acaba “chocando” a nossa mentalidade geralmente refratária a mudanças (principalmente na Europa). (“Comentário”, p. 13).

Tu o disseste...

**3ª Acusação: Kiko nega o sacerdócio ministerial**



“Vejam agora a questão do sacerdócio ministerial, que Zoffoli afirma ser negado por Kiko. No texto das catequeses, depois de explicar sobre a noção de “templo” e “sacerdote” na religiosidade natural e pagã, ou seja, a ideia de “comprar” os favores de Deus com sacrifícios e promessas, Kiko continua:

“No cristianismo não há templo, nem altar, nem sacerdotes no sentido da religiosidade natural. Não há templo no sentido de lugar sacrossanto, em que se apresenta um culto sagrado, a Casa de Deus, onde Ele mora, ao passo que o resto é lugar profano.” (Kiko, Apostilas, apud Hulschof, “Comentário”, p. 13)

É invariável: ao negar a acusação feita contra Kiko, a Sra. Hulschof cita as Apostilas, confirmando o que disse Padre Zoffoli.

Invariavelmente também, a Sra. Hulschof dá sua adesão ao erro, procurando justificá-lo sofisticamente:

“Ele menciona aqui a passagem da Samaritana, onde Jesus diz que os verdadeiros adoradores não irão adorar a Deus neste ou naquele lugar, mas sim “em espírito e em verdade”. E eu lembraria ainda que as primeiras comunidades “partiam o pão nas casas”, porque o importante não era o local, mas Cristo que se fazia presente na assembleia familiar. “Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles.” (Hulschof, “Comentário”, p. 13).

Outra citação de Kiko feita por Dona Margarida confirma que o Padre Zoffoli não “manipulou” nem distorceu o texto do “profeta” do Neo Catecumenato.

Ei-la, como ela é citada herética e escandalosa:

“Jesus Cristo disse também: ‘Destruireis este

templo e eu o reconstruirei em três dias.’, relacionando isso ao templo do seu corpo. De fato, o templo, no cristianismo, é Cristo. E Cristo onde está? Na Igreja. Mas a Igreja não é o templo de pedras; a Igreja somos nós, cristãos. Nós somos o templo vivo do Espírito Santo. Da mesma maneira, no cristianismo, não há altar no sentido de uma pedra sagrada da qual ninguém pode se aproximar e muito menos tocar. Aqueles, entre vocês, que viveram o cristianismo a nível de religiosidade natural, devem lembrar-se de que, quando iam à missa, se colocavam atrás, e, se acontecia de se encontrarem perto do sacrário, já o coração batia mais forte, porque se encontravam perto do intocável, do lugar onde havia o sagrado. (lembro aqui também o Santo dos Santos do Antigo Testamento, onde somente o sacerdote podia penetrar, e mesmo assim uma só vez por ano. Quando Cristo morreu, “rasgou-se o véu do templo”, ou seja, foi eliminada a distância que tornava Deus inacessível a nós.) Nós, cristãos, não temos altar, porque a única pedra santa é Cristo. Pedra angular. Por isso nós podemos celebrar a Eucaristia sobre uma mesa, e podemos celebrá-la numa praça, no campo ou em qualquer lugar de que gostarmos. (O sacramento eucarístico foi instituído numa refeição – a última ceia – e tem, portanto, o sentido de refeição, e não de sacrifício expiatório, embora seja também a memória do sacrifício de Cristo. Mas foi o próprio Cristo que associou a sua entrega com uma refeição, dizendo que ali, naquele pão partilhado, se fazia presente a oferta de seu corpo na cruz. E era essa partilha do pão que os apóstolos foram incumbidos de repetir, e não o sacrifício no sentido judeu). Não temos um lugar exclusivo para celebrar o culto. E nem temos sacerdotes, no sentido de pessoas que se separam de todos os outros, para que, em nosso

nome, se coloquem em contato com a divindade. Porque o nosso sacerdote, aquele que intercede por nós, é Cristo. E como somos o seu corpo, somos todos sacerdotes. A Igreja toda é sacerdotal, no sentido de que intercede pelo mundo.

(Kiko, Apostilas, apud Hulschof, "Comentário", p. 13. O sublinhado é nosso)

Sublinhamos, no texto acima, os erros doutrinários mais graves.

A acusação de Padre Zoffoli era de que Kiko nega o sacerdócio ministerial.

A Sra. Hulschof, para rebater a acusação, cita a frase de Kiko:

"No cristianismo não há templo, nem altar, nem sacerdotes no sentido da religiosidade natural"(...) No cristianismo "somos todos sacerdotes".

Será que a Sra. Hulschof julga que ninguém sabe ler?

Não.

Para ela, "o que está escrito" não vale. Só vale a "experiência da fé", que é inefável.

Também a Sra. Hulschof, aderindo à nefasta doutrina de Kiko, afirma:

"É verdade que esse sacerdócio se visibiliza num serviço, e há alguns irmãos que são servidores desse sacerdócio, ministros do sacerdócio. No Novo Testamento não se usa a palavra "sacerdote", a não ser relacionada a Cristo; ao contrário, se fala de ministros e de presbíteros." (pág. 42-43 das Catequeses iniciais).

“Como se vê, não há aí nenhuma negação ou depreciação do ministério sacerdotal, mas apenas uma explicitação do lugar que este ocupa dentro do sacerdócio comum da Igreja enquanto participação no sacerdócio de Cristo, em oposição à ideia pagã de sacerdote como mediador do sacrifício expiatório. A Carta aos Hebreus trata precisamente disso, em especial no capítulo 9 e início do 10.”(Hulschof, “Comentário”, p.14. O sublinhado é meu).

A Sra. Hulschof adota a posição protestante, negando que o termo “Presbítero”, no Novo Testamento, signifique sacerdote. Ora a Igreja sempre considerou que o termo “presbítero” significava sacerdote. Tanto que a tradução portuguesa da Bíblia de Jerusalém, usa esses termos como sinônimos:

“Aos presbíteros, pois, que estão entre vós, rogo eu, sacerdote como eles ...”

I Pe V, 1). [Em latim, na Vulgata, esses dois termos colocados em negrito são designados pelo termo “seniores”].

Pior, e mais escandalosa, ainda é a afirmação dela – repetindo o que diz Kiko – de que a ideia de sacerdote como mediador do sacrifício expiatório, que sempre existiu na Igreja, é uma ideia pagã. Esta afirmação da Sra. Hulschof é escandalosa e blasfema.

Como pessoas – como ela e Kiko – que dizem tal coisa, podem ainda dizer-se ou julgarem-se católicas?

Essas teses de Kiko e da Sra. Hulschof foram condenadas pela Igreja inúmeras vezes, no decorrer da História, pois são heresias velhas.

Vejamos alguns textos oficiais da Igreja (Não meus, é claro).

“Se alguém disser que no Novo Testamento não existe um sacerdócio visível e externo, ou que não se dá

poder algum de consagrar e de confessar e de oferecer o verdadeiro corpo e sangue do Senhor e de perdoar os pecados, mas apenas o dever e mero ministério de pregar o Evangelho, e que aqueles que não o pregam não são de modo algum sacerdotes, seja anátema ” (Concílio de Trento. Cânon 1 sobre o Sacramento da Ordem. Denzinger 961).

E que o sacrifício da Missa seja celebrado sobre um altar, com pedra de ara, e não sobre uma mesa qualquer foi ensinado por Pio XII:

“Assim, para exemplificarmos, está fora do reto caminho aquele que quer restituir ao altar a antiga forma de mesa” (Pio XII, *Mediator Dei*, nº 58).

Kiko, Carmen e Hulschof estão pois fora do “reto caminho”.

O “Caminho” de Kiko não é nem o reto, nem o correto.

#### **4ª Acusação: é da assembleia que brota a Eucaristia**

“Vem-me à mente, agora, a insistência do Caminho sobre a afirmação de São Paulo de que “a fé vem pela pregação”. É como se a pregação em si fosse um sacramento e, como tal, eficaz, e essa eficácia estivesse também relacionada à presença da assembleia. Zoffoli contesta a ideia de que “é da assembleia que brota a Eucaristia”, (pág. 22) mas esta é de fato, um elemento fundamental, tanto que não se pode celebrar a Eucaristia sem que haja pelo menos uma pessoa presente, além do celebrante. Sendo assim, é possível também que a presença da comunidade tivesse ajudado Zoffoli a abrir o espírito, se ele tivesse feito a experiência. (Isso não é “doutrina” minha nem do Caminho, mas apenas um pensamento que me ocorreu.)”

Mais uma vez, a Sra. Hulschof confirma a acusação do Padre Zoffoli. Sua afirmação de que “não se pode celebrar a eucaristia sem que haja pelo menos uma pessoa presente, além do celebrante”, insinua a ideia de que a eucaristia tem como

celebrante não o Padre, atuando in persona Christi, mas que celebrante seria a própria assembleia, apenas presidida pelo padre. A Assembleia é que teria, de fato, o poder sacerdotal, que ela transmitiria ao padre oficiante. O povo é que seria o sacerdote. Daí a importância que se dá, entre os do Neo Catecumenato, à assembleia, dizendo-se que Cristo está antes presente no povo do que nas espécies eucarísticas, teoria essa que vem do padre Bouyer.

Ora, Pio XII condenou essa ideia:

“Para não dar lugar a erros perigosos, neste importantíssimo assunto, é necessário precisar com exatidão em que sentido se entende esta oblação. A imolação incruenta, por meio da qual, depois de pronunciadas as palavras da consagração, Cristo se torna presente sobre o altar no estado de vítima, é levada a cabo somente pelo sacerdote enquanto representante da pessoa de Cristo, e não enquanto representante das pessoas dos fiéis” (Pio XII, *Mediator Dei*, no 88. O negrito é evidentemente meu).

E mais:

“Não podemos deixar de deplorar vivamente os exageros e desvirtuamentos da verdade, que não estão de acordo com os preceitos da Igreja.

” 91. Efetivamente, alguns reprovam de todo as Missas privadas sem assistência do povo, como não conformes ao costume primitivo; nem falta quem pretenda que os sacerdotes não podem oferecer a vítima divina ao mesmo tempo, em vários altares, porque assim dissociam a comunidade e põem em perigo a sua unidade; assim como também não falta quem chegue ao ponto de dizer que é necessária a confirmação e a ratificação do povo para que o

Sacrifício possa ter força e eficácia

“92. Erradamente se apela, neste caso, para o caráter social do Sacrifício Eucarístico”. (Pio XII, *Mediator Dei*, nos 90-91-92).

Parece até que Pio XII escreveu exata e expressamente para refutar a Sra. Hulschof.

E não digam que esse ensinamento de Pio XII está ultrapassado, pois ele é mais atual do que nunca, já que refuta erros vivos, hoje, e no Neo Catecumenato. E na Sra. Hulschof.

Carmem diz, nas famosas Apostilas do Neo Catecumenato:

“Encontramos, portanto, uma assembleia que se reúne. Não se concebe, de modo algum um rito individual. Os judeus não podem fazer a Páscoa se não há pelo menos 11 pessoas como um grupo familiar. Porque o sacramento não é somente o pão e o vinho, mas também a assembleia; a Igreja inteira proclama a eucaristia. Não pode haver uma Eucaristia sem a assembleia que a proclama. Tanto é verdade que no nosso tempo em que já se havia perdido este sentido comunitário, querendo-se manter esta ideia, para rezar a missa era preciso um representante do povo, o coroinha”. (Apostilas, Carmem, p. 317).

E ainda:

“Não há eucaristia sem assembleia. É a assembleia inteira que celebra a festa e a eucaristia; porque a eucaristia é a exaltação da assembleia humana em comunhão; porque é o lugar exato no qual se manifesta que Deus agiu nesta Igreja criada, nesta comunhão. É desta assembleia que surge a eucaristia” (Apostilas, Carmem, p. 317)

O Concílio de Trento – aquele Concílio infalível que, segundo Kiko e a Sra. Hulschof, “bloqueou tudo” – o Concílio de Trento anatematizou a seguinte doutrina:

“Se alguém disser que as Missas em que só o sacerdote comunga sacramentalmente são ilícitas e devem ser abolidas, seja anátema” (Concílio de Trento, Cânon 9 sobre o Santíssimo Sacrifício da Missa, Denzinger 955).

**5ª Acusação: Kiko nega a presença real de Cristo na Hóstia consagrada e recusa o termo “Transubstanciação.”**

Daremos aqui duas citações da Sra. Hulschoff confessando que Kiko concorda com Lutero no problema da presença real de Cristo na Eucaristia e quanto à palavra “transubstanciação”:

“Lutero não contesta a presença real, mas viu que se perderam os sinais e quer recuperá-los. Então o Concílio de Trento diz: ‘Se alguém diz que os sacramentos são somente sinais da fé, seja anátema.’ (Hulschof, “Comentário”, p. 140).

“Não é uma questão de “doutrina diferente”, e sim, apenas, do sentido de alguns termos. Talvez tenha sido por isso que Lutero se opôs à palavra transubstanciação, por considerá-la inadequada para expressar o mistério da presença real, no que Kiko concorda com ele. Isso não significa negar a presença real, nem significa que Kiko concorde com tudo o que Lutero disse” (Hulschoff, “Comentário”, p.16).

Poderia um texto ser mais escandaloso e mais claro?

Como a Sra. Hulschof ousa então negar a acusação de Padre Zoffoli e ainda afirmar que ele deturpa e manipula as palavras de Kiko?



Kiko como Lutero –e como a Sra. Hulschhof – recusa os termos transsubstanciações como “inadequado”. Ora, o Concílio de Trento consagrou dogmaticamente esse termo. E Pio VI condenou os jansenistas do Sínodo de Pistoia porque omitiram o termo transsubstanciação.

Vejamos alguns documentos dando a doutrina oficial e obrigatória da Igreja.

Profissão de Fé do Concílio de Trento:

“Professo igualmente que na Missa se oferece a Deus um sacrifício verdadeiro, próprio e propiciatório pelos vivos e pelos defuntos, e que no Santíssimo Sacramento da Eucaristia está verdadeira real e substancialmente o corpo e o sangue, juntamente com a alma e a divindade de nosso senhor Jesus Cristo, e que se realiza a conversão de toda a substância do pão em seu corpo, e de toda a substância do vinho em seu sangue; conversão que a Igreja Católica chama transsubstanciação. Confesso também que sob uma só espécie se recebe a Cristo todo e íntegro, e um verdadeiro sacramento” (Concílio de Trento – Profissão de Fé. Denzinger 997).

E viva Trento!!!

Basta este texto da profissão de Fé Tridentina para condenar Kiko, Carmem, e Hulschhof, junto com todos os do Neo Catecumenato que recusam sua adesão completa e absoluta a essa Profissão de Fé de Trento que, sendo infalível, todo católico, desde um simples fiel até o Papa, tem que aceitar. E se um anjo do céu a recusar, que ele mesmo seja anátema. E Kiko não é um anjo do céu... Bem o contrário disso.

Caberia então perguntar à Sra. Margarida Hulschhof: a Sra. aceita essa Profissão de Fé do Concílio de Trento?

A Sra. recusa essa afirmação do concílio de Trento que citei

acima?

Se aceita, a Sra. condena o que diz Kiko?

Se não aceita, a Sra. não é mais católica.

Desse dilema não há escapatória. Não adianta recorrer a nenhuma autoridade, se a Sra. recusar a autoridade infalível e dogmática do Concílio de Trento, que nem mesmo um Papa poderia negar.

Mas há mais.

Bento XIV, ao exigir a profissão de Fé dos maronitas que retornavam à comunhão da Igreja Católica, impôs a mesma doutrina:

“Igualmente venero e recebo o Concílio de Trento e professo o que nele foi definido e declarado, e particularmente que na Missa se oferece a Deus um sacrifício verdadeiro, próprio e propiciatório pelos vivos e defuntos, e que no santíssimo sacramento da Eucaristia, conforme a fé que sempre se deu na Igreja de Deus – [mas não no Neo Catecumenato] – se contém verdadeira real e substancialmente o corpo e o sangue juntamente com a alma e a divindade de nosso senhor Jesus Cristo e, portanto, Cristo inteiro, e que se realiza a conversão de toda a substância do pão no corpo, e de toda a substância do vinho no sangue; conversão essa que a Igreja Católica de modo mui apto chama de transubstanciação, e que sob cada uma das espécies e SOB CADA PARTE DE QUALQUER DELAS, FEITA A SEPARAÇÃO, SE CONTÉM CRISTO INTEIRO – [o que condena a sacrílega, escandalosa e blasfema doutrina de Kiko, aprovada pela Sra. Hulschof, sobre as “migalhas do pão consagrado]” (Bento XIV, Profissão de Fé prescrita aos orientais – maronitas. Denzinger, 1469. Evidentemente, os

sublinhados e apostos entre colchetes são meus)

E viva o Papa!

Pio VI condenou o Sínodo de Pistoia, organizado pelos jansenistas. Uma das condenações se deu porque, os participantes desse Sínodo omitiram o termo transubstanciação.

Note-se bem: os jansenistas foram condenados não porque negaram a presença real, e nem o termo transubstanciação – como o fazem Kiko e Hulschoff aderindo a Lutero – mas só porque omitiram, deixaram de usar o termo transubstanciação.

Se a omissão do termo transubstanciação é condenável, que dirá a sua crítica e a sua recusa?

“A doutrina do Sínodo – [de Pistoia] –, pela parte em que propondo-se ensinar a doutrina da fé sobre o rito da consagração, apartadas as questões escolásticas acerca do modo como Cristo está na Eucaristia, das que exorta os párocos se abstenham ao exercer seu encargo de ensinar, e proponham somente estes dois pontos:

1- Que Cristo, depois da consagração, está verdadeiramente real e substancialmente sob as espécies;

2- que cessa então toda a substância do pão e do vinho, permanecendo apenas as espécies, omite inteiramente fazer menção alguma da transubstanciação, isto é, da conversão de toda a substância do pão no corpo e de toda a substância do vinho no sangue, que o Concílio tridentino definiu como artigo de fé e que está contida na solene profissão de fé; enquanto por semelhante imprudente e suspeita omissão se subtrai o conhecimento de um artigo que pertence à fé como de uma voz consagrada pela Igreja para defender sua profissão contra as heresias, e tende assim a

introduzir o esquecimento dela, como se se tratasse apenas de uma questão meramente escolástica, é pernicioso derogativa da exposição da verdade católica sobre o dogma da transubstanciação e favorecedora dos hereges”

(Pio VI, Constituição *Auctorem Fidei*, 28-VII-1794, condenando os erros do Sínodo de Pistoia. Denzinger, 1529. Evidentemente, o sublinhado é meu)

A Sra. entendeu bem esse texto, Dona Margarida? Simplesmente omitir a palavra Transubstanciação é fazer algo pernicioso e favorecer a heresia. Que dirá então criticar essa palavra consagrada pela Igreja, como Kiko faz, a Sra. apoia e os Neo Catecumenais engolem?

A Sra. me acusará de deturpar suas palavras, se eu não citar sua tentativa de justificação da crítica de Kiko e da Sra. à palavra “Transubstanciação”.

Embora isto alongue o texto, vou atendê-la:

“Um sacramento é formado por dois elementos: um é o sinal, explicitação do mistério, e o outro é a eficácia do sinal, que realiza o que o sinal significa. Lutero quis dar tamanha importância ao primeiro elemento, que o Concílio teve que ressaltar o segundo: os sacramentos dão a graça que significam. O Concílio disse a verdade, mas os que vieram depois, para se contraporem a Lutero, ficaram com a eficácia dos sacramentos, dando pouco valor ao sinal. Por isso, tanto faz que um só beba do cálice ou que todos bebam dele. O cânone dizia: ‘Tomou o cálice, deu graças e o distribuiu aos seus discípulos dizendo: tomai e bebei todos...’ . Mas na realidade quem bebe é apenas o sacerdote. O cânone diz que Jesus partiu o pão, mas a hóstia hoje mais parece papel do que pão. Quanto à eficácia, o

sacramento se realiza, mas não se dá importância alguma ao sinal.

É importante insistir sobre isso: dos dois elementos do sacramento, nós ficamos com a eficácia, que é o importante para a mentalidade racionalista: a essência das coisas. Fizemos isso sem conhecer o valor precioso do sinal. Os sinais preparam o homem para se colocar em disponibilidade para que se realize o sacramento. O pão e o vinho, enquanto sinais, ajudam e preparam o homem para receber a ação de Deus. Mas, depois de Trento, ficamos com as essências e a eficácia, deixando perder-se o valor dos sinais. Por isso o Concílio Vaticano II estabeleceu que se recuperem os sinais em toda a sua riqueza, além de retirar todas as coisas que tinham sido introduzidas na missa, que são secundárias e obscurecem o que é principal: foram abandonadas as orações ao pé do altar, o último Evangelho, as três Ave-Marias, os altares laterais e as missas simultâneas, etc. A renovação significa limpar toda aquela casca que havia, para que o núcleo e o conteúdo que estavam escondidos apareçam em todo o seu esplendor." (aqui fiz um pouco um resumo, selecionando os tópicos mais significativos, pois o texto da catequese é bem mais extenso). (Hulschof, "Comentário" pp. 14-15. O sublinhado é meu).

Contra esse texto da Sra. Hulschof colocarei o que diz Pio XII na *Humani Generis*, condenado os erros da Nova Teologia:

"Tão pouco faltam os que pretendem que a doutrina da transubstanciação, como está apoiada na noção filosófica de substância já antiquada, há de ser corrigida no sentido de que a presença real de Cristo na Santíssima eucaristia se reduza a uma espécie de simbolismo, enquanto as espécies

consagradas são apenas sinais eficazes da presença espiritual de Cristo e de sua íntima união com os fiéis membros de seu corpo místico” (Pio XII, *Humani Generis*, Denzinger, 2.318 0 sublinhado e a caixa grande são de minha responsabilidade.)

A Sra. Hulschof coloca seu pensamento bem no foco condenado por Pio XII:

“Está claro, portanto, que não existe negação da presença real, mas sim esclarecimento do seu verdadeiro sentido. Também não existe a ideia de que o pão e vinho consagrados sejam apenas um símbolo. Quanto à afirmação de que “pão e vinho consagrados permanecem substancialmente imutáveis” (pág. 21), não encontrei nada sobre isso (a afirmação é de Zoffoli, não uma citação das catequeses). De qualquer forma, se houve aqui algum mal-entendido, foi apenas de ordem filosófica, porque o conceito filosófico de “substância” é diferente do conceito científico e material dessa palavra. No aspecto material, a filosofia chama de “acidentes” aquilo que existe concretamente no momento e pode mudar, ao contrário a “substância” filosófica, que seria a presença real. O que importa é que o contexto da catequese deixa claro que não há nenhuma dúvida sobre a presença real, e bastaria mudar o termo utilizado para eliminar o impasse. Não é uma questão de “doutrina diferente”, e sim, apenas, do sentido de alguns termos. Talvez tenha sido por isso que Lutero se opôs à palavra transubstanciação, por considerá-la inadequada para expressar o mistério da presença real, no que Kiko concorda com ele. Isso não significa negar a presença real, nem significa que Kiko concorde com tudo o que Lutero disse. A catequese menciona também os pontos onde Lutero errou.” (Hulschoff,

“Comentário”, p.16-17. o Sublinhado e a caixa grande são de minha responsabilidade).

A Sra. Hulschof diz que:

“Quanto à afirmação de que “pão e vinho consagrados permanecem substancialmente imutáveis” (pág. 21), não encontrei nada sobre isso (a afirmação é de Zoffoli, não uma citação das catequeses)”.

Como pode ela garantir isso, se afirma que leu apenas algumas das apostilas de Kiko, e não todas? Como Kiko, em muitas passagens, deixa abalada a crença na presença real de Cristo na hóstia consagrada, é mais crível a afirmação de Padre Zoffoli.

Considere-se o seguinte texto de Kiko transcrito pela Sra. Hulschof:

“Agora transcrevo um trecho – [de Kiko] – que fala da “presença real”:

“A Igreja primitiva nunca teve problemas a respeito da presença real. Se tivessem perguntado a São Pedro se Jesus Cristo estava presente na Eucaristia, ele teria se espantado, porque ele nem se colocava tal problema. Para ele Cristo é uma realidade vivente que faz Páscoa e arrasta a Igreja. Não se trata de migalhas ou coisas desse tipo; São Pedro ter-se-ia escandalizado muito mais pelo fato de não haver assembleia ou que um só bebesse no cálice. É questão de sacramento, de assembleia.” (Kiko, Apostila, apud Hulschof, “Comentário”, p. 15).

Note-se que Kiko não diz que Cristo está presente no pão e no vinho consagrados. Salienta a presença na Assembleia.

Quanto à hóstia consagrada, Kiko salienta que não se deve dar

importância à questão das “migalhas”, sobre as quais – sem querer ou por querer, os Neo Catecumenais pisam, dançando sobre elas.

Ora, este dançar sobre as “migalhas” – de propósito ou não – indica que no Neo Catecumenato não se crê realmente que Cristo esteja realmente presente em qualquer fração – “migalha” – da hóstia consagrada.

O fato de não se crer na presença de Cristo na hóstia levaria a desprezar todo culto eucarístico: as exposições do Santíssimo Sacramento para ser adorado, as procissões do Santíssimo Sacramento levado triunfalmente, a adoração do Santíssimo, etc.

E é exatamente tudo isso que Kiko despreza, seguindo a doutrina heterodoxa de Padre Bouyer:

“Mas vejam que agora, com a filosofia, começa a haver uma obsessão sobre a presença de Cristo no pão e no vinho e a maneira dessa presença. Eu poderia mostrar-lhes discussões teológicas sobre este problema que suscitariam risadas. A verdadeira teologia é um canto a Deus, é a própria Eucaristia, um canto completo de louvor a Deus porque se deixou conhecer. As teologias do século XVI não passam de elucubrações mentais sem a experiência bíblica de onde jorra a Eucaristia. O mistério centra-se sobre a presença: “os protestantes dizem que...”, “Calvino diz que...” A Igreja católica torna-se obcecada a respeito da presença real, como se esta fosse tudo. Começam as grandes exposições do Santíssimo, que antes não existiam, porque a presença estava em função da celebração eucarística, e não o contrário. O pão e o vinho não são feitos para serem expostos, porque se estragariam. O pão e o vinho são feitos para serem comidos e bebidos.



Eu sempre digo aos Sacramentinos de Roma, que construíram um sacrário imenso: se Jesus Cristo tivesse querido a Eucaristia para ficar ali, ter-se-ia feito presente numa pedra que não se estraga.

O pão é para o banquete, para conduzir-nos à Páscoa. A presença real é sempre um meio para conduzir-nos a um fim, que é a Páscoa. Não é um absoluto. Jesus Cristo está presente em função do mistério pascal. Ao contrário, de Trento em diante celebrou-se a missa para consagrar e ter presente Jesus Cristo e colocá-lo no sacrário. Em muitos conventos de freiras se disse a missa só para encher o sacrário. Transformamos a Eucaristia, que era um canto a Cristo glorioso, no divino prisioneiro do sacrário.

Nesta época começam o Corpus Christi, as exposições soleníssimas do Santíssimo, as procissões com o Santíssimo e todas as devoções eucarísticas, que se tornam mais importantes do que a celebração eucarística.

A presença de Jesus Cristo é outra coisa. É o carro de fogo que vem para nos arrastar para a glória, para nos transportar da morte para a ressurreição, para nos fazer verdadeiramente entrar na morte. Isso é muito diferente. A Eucaristia é completamente dinâmica, coloca-nos a caminho. Nós a transformamos em algo de estático e manipulável por nós. Tanto que ainda fazemos o agradecimento após ter comungado, quando a Eucaristia toda é uma ação de graças.” (Catequese de Carmem, pág. 262-263. Apud Hulschof, “Comentário”, p. 15. O sublinhado é meu).

O que Kiko reprova, com o apoio pela Sra. Hulschof, é condenado por Pio XII na *Mediator Dei*:

“Quando, por conseguinte, a Igreja nos manda adorar Cristo, oculto sob os véus Eucarísticos e pedir-Lhe os benefícios celestes e terrenos de que sempre temos necessidade, manifesta a fé viva com que crê

presente sob aqueles véus o seu Esposo Divino, Lhe prova o seu reconhecimento e goza de Sua íntima familiaridade.

127. Deste culto introduziu a Igreja, através dos tempos, várias modalidades, sempre mais belas e salutareas, por exemplo, as visitas ao Santíssimo, impregnadas de piedade e repetidas até diariamente; as bênçãos do Santíssimo Sacramento; as solenes procissões, sobretudo por ocasião dos Congressos Eucarísticos, que levam Jesus-Hóstia em triunfo através das aldeias e cidades; as adorações solenes do Augusto Sacramento publicamente exposto”(Pio XII, *Mediator Dei*, nos 126-127).

Desse modo, o que Kiko e a Sra. Hulschof reprovam, Pio XII aprova e incentiva. O que Kiko e a Sra. Hulschof consideram obsessão, Pio XII chama de devoção bela e salutar.

Quem é então que está com o Papa?

Kiko não está com Pio XII: está contra Trento e contra Pio XII.

Também o cardeal Ratzinger, mais recentemente, criticou essa opinião expressa por Kiko e pela Sra. Hulschof:

“Ninguém diga então: a eucaristia deve ser comida e não adorada. Ela não é absolutamente um “pão comum” como o sublinham, sem interrupção, as tradições mais antigas “Alimentar-se” – acabamos de dizê-lo – é um evento espiritual, que investe toda a realidade humana. Alimentar-se dela significa adorá-la”(Cardeal Joseph Ratzinger, *Introduzione allo Spirito della Liturgia*, San Paolo, Milano, 2001, p. 86).

Outra ideia que o Cardeal Ratzinger condena é aquela que Kiko e a Sra. Hulschof defendem, de que a eucaristia existe para

ser comida e não adorada, por isso ela foi feita com pão e não com pedra.

Escreveu o Cardeal Ratzinger:

“É aqui que nos embatemos com na teoria da decadência [da Liturgia da Igreja] na canonização dos princípios [da igreja] na idealização romântica do primeiro milênio. A transubstanciação (transformação do pão e do vinho), a adoração do Senhor no sacramento, o culto eucarístico com o ostensório e as procissões – todas essas coisas, nos são ditas, não são senão erros medievais, dos quais é preciso distanciar-nos o mais rápido possível. Os dons eucarísticos, isto é, nos são dados para serem comidos, não para serem guardados. Estes e outros slogans semelhantes nos são dados para ouvir. A superficialidade com que eles são colocadas conjuntamente ideias desse gênero pode suscitar espanto, se se pensa nas profundas disputas teológicas e ecumênicas sustentadas por grandes teólogos no século passado e no na primeira metade deste século”( Cardeal Joseph Ratzinger, *Introduzione allo Spirito della liturgia*, San Paolo, Milano, 2001, pp. 81-82).

Parece até que o Cardeal Ratzinger visava criticar diretamente as opiniões de Kiko e Carmem e difundidas no Neo Catecumenato.

Vimos que, para Kiko, a Eucaristia “Não é uma questão de migalhas. (...) É uma questão de sacramento, de assembleia”. (O sublinhado é meu).

Ora, Pio XII, como já vimos, ensina o oposto a respeito da participação da Assembleia:

“91. Efetivamente, alguns reprovam de todo as Missas privadas sem a assistência do povo, como não conformes ao costume primitivo; nem falta quem

pretenda que os sacerdotes não possam oferecer a vítima divina ao mesmo tempo em vários altares, porque assim dissociam a comunidade e põem em perigo sua unidade; assim, como também não falta quem chegue ao ponto de dizer que é necessária a confirmação e ratificação do povo para que o Sacrifício possa ter força e eficácia” (Pio XII, *Mediator Dei*, nos 90-91).

Constatamos assim que, invariavelmente, Kiko sempre opõe sua doutrina à doutrina católica. E a Sra. Huslchhof apoia invariavelmente o que a Igreja condenou.

Certamente, a Sra. Hulschof alegará em seu favor o texto do documento “Eucharisticum Mysterium” emitido pela Sagrada Congregação dos Ritos, em 1969. Pois ela escreveu:

“Em seguida Carmem comenta as mudanças que o Concílio Vaticano II (e não o Caminho!) veio trazer a esse contexto, “tirando, como coisas secundárias, os valores de adoração e contemplação, que são alheios à celebração do banquete”. Foi estabelecido, por exemplo, que se tirasse o sacrário da nave principal, para que o Santíssimo não permanecesse presente durante a celebração da Eucaristia, atitude que escandalizou muitas pessoas. Mas a Igreja diz, no documento “Eucharisticum Mysterium”, nr. 55:

“Na celebração da missa aparecem sucessivamente os principais modos da presença de Cristo em sua Igreja: presente em primeiro lugar no próprio povo fiel reunido em seu Nome, em seguida, em sua Palavra quando se proclamam e se comentam as Escrituras; depois na pessoa do Ministro; e finalmente, de modo especial, sob as espécies eucarísticas. Assim, em razão do sinal, convém melhor à natureza da celebração, que no altar onde

a missa é celebrada, não haja desde o início, pela conservação das sagradas espécies no tabernáculo, a presença de Cristo Eucarístico, que é fruto da ação eucarística, e como tal deve aparecer.” (Sagrada Congregação dos Ritos, Declaração Eucharisticum Mysterium, no 55”.

Esse deslocamento do sacrário, entretanto, foi criticado, ainda recentemente, pelo Cardeal Ratzinger, em seu último livro sobre a Liturgia:

“A presença eucarística no tabernáculo não supõe uma concepção da eucaristia paralela ou contrária àquela da celebração eucarística, mas significa a sua plena realização. (...)”

“Para que a presença do Senhor nos toques de maneira concreta, o tabernáculo deve ter o lugar que lhe compete também na estrutura arquitetônica das igrejas” (Cardeal Joseph Ratzinger, *Introduzione allo Spirito della Liturgia*, San Paolo, Milano, 2001, pp 86-.87).

## **6ª Acusação: O pecado não ofende a Deus.**

Vejamos como a Sra. Hulschof coloca a questão:

“Continuando, passemos à questão do pecado (pág. 18). Mais um “equivoco grosseiro”, para usar as próprias palavras de Zoffoli. Segundo ele, Kiko afirma que “o pecado não ofende a Deus”. Kiko fala sobre isso ao orientar os catequistas sobre a resposta que deve ser dada à seguinte pergunta de um questionário proposto para levar os candidatos a catecúmenos à reflexão, na catequese sobre o sacramento da penitência: “Pode-se ofender a Deus sem ofender, ao mesmo tempo, ao próximo e a si mesmo?” Alguns dirão que não se pode ofender somente a Deus, porque somos o Corpo Místico de Cristo, e, portanto, o pecado de cada um repercute

sobre os outros. A pergunta tem uma armadilha. Ela questiona as pessoas se é possível ofender unicamente a Deus. A pergunta é colocada assim, porque nós temos uma concepção vertical do pecado, individualista: que somos nós que ofendemos, de maneira particular, a Deus, como se o pecado fosse uma ofensa a Deus, no sentido de roubar a Deus a sua glória”.

(Hulschof, “Comentário” p. 17).

Portanto, a Sra. Hulschof nega que Kiko tenha dito que o pecado não ofende a Deus. O que Kiko teria ensinado é que o pecado não ofende somente a Deus. Ele ofenderia a Deus e também ao próximo e à “comunidade”.

Entretanto, logo depois, a Sra. Hulschof explica como não podemos causar danos a Deus:

“Nós acreditamos que podemos causar dano a Deus. A primeira coisa que devemos pensar é que não se pode causar danos a Deus. Deus não pode ser ofendido no sentido de tirar-se lhe a glória, porque, então, Deus seria vulnerável e não seria mais Deus. Deus é invulnerável. Você não pode tirar-lhe a glória de jeito nenhum. Há um salmo que também diz isso: ‘Estes que levantam o seu arco contra o céu, acaso acreditam poder alcançar a Mim? Não sabem que as flechas que lançam contra Mim vão recair sobre eles?’ Isso surpreende muitíssimo as pessoas, porque desde pequenos nos disseram que os pecados fazem sofrer o Menino Jesus, se formos maus e desobedientes. Assim, as pessoas adquiriram conceitos sentimentais, achando que o pecado faz Jesus Cristo sofrer muito.” (Hulschof, “Comentário”, p. 17).

Está aí um erro grosseiro.

Dona Margarida Hulschof, seguindo a péssima orientação de Kiko, afirma que o pecado nada tira, nem pode tirar nada de Deus, e que, portanto, “Deus não pode ser ofendido no sentido de tirar-se lhe a glória, porque, então, Deus seria vulnerável e não seria mais Deus. Deus é invulnerável. Você não pode tirar-lhe a glória de jeito nenhum”.

Ela erra pois não distingue a glória intrínseca de Deus de sua glória extrínseca. A glória consiste no reconhecimento da excelência de um ser. Damos glória militar a Napoleão, por exemplo, quando reconhecemos que esse tirano criminoso foi um gênio na arte militar.

A glória de Deus consiste então no reconhecimento da excelência de seu Ser. Ora, esse reconhecimento, só Deus pode fazê-lo perfeitamente. Por isso a glória intrínseca de Deus é feita apenas pelo conhecimento absoluto que Ele tem de Si mesmo, de seu Ser infinitamente perfeito, no Verbo divino. O conhecimento que Deus tem de Si mesmo gera eternamente a pessoa do Verbo, ou Sabedoria de Deus, ideia perfeitíssima que Deus tem de Si mesmo, consubstancial a Deus Pai pois a Ideia que Deus tem de Si mesmo é a sua própria Inteligência ou Sabedoria de Deus. Então, o Pai e o Filho, conhecendo-Se, Se amam, e desse Amor mútuo é que procede o Espírito Santo, o Amor de Deus.

Portanto, a glória intrínseca de Deus, sendo prestada pelo próprio Deus a Si mesmo, não pode jamais ser alterada ou diminuída. É invulnerável.

Mas, a glória extrínseca de Deus, isto é, o reconhecimento da excelência do Ser de Deus por suas criaturas inteligentes, esta, sim, pode aumentar e diminuir. Quanto mais os homens reconhecerem a Deus como Ser perfeitíssimo a quem todos devem obedecer e servir, mais crescerá essa glória extrínseca de Deus. É por isso mesmo que Santo Inácio de Loyola deu à Companhia de Jesus o objetivo de lutar pela “maior glória de Deus”– Ad majorem dei Gloriam.

Dona Hulschof e Kiko passam por cima de tudo isso, e numa simplificação grosseira e sofisticada afirmam então que “Deus não pode ser ofendido no sentido de tirar-se-lhe a glória, porque, então, Deus seria vulnerável e não seria mais Deus. Deus é invulnerável. Você não pode tirar-lhe a glória de jeito nenhum”.

Isso sim, é distorcer a doutrina católica e enganar os ignorantes. Sem contar que a afirmação de que nada pode atingir a Deus e que o pecado nada tira de Deus, abre aos homens o caminho largo da perdição...

Depois disso, a Sra. Hulschof explica em que sentido o pecado pode ofender a Deus:

“Em que sentido se pode falar em ofender a Deus? No sentido de que o pecado quebra o plano de Deus.

Qual é o plano de Deus, o desígnio de Deus sobre o homem?

O AMOR!

O pecado é sempre uma lesão ao amor. Mesmo que eu diga uma blasfêmia sem que ninguém perceba, isso me degrada interiormente como pessoa, e essa degradação repercute de alguma maneira nas minhas relações com os outros. É o que diz também a psicologia profunda. Um homem está com raiva, por exemplo, porque teve uma discussão com alguém no ônibus, ou porque alguém pisou no seu pé, então desabafará com a mulher em casa. Se você tem um problema que o amargura, seu relacionamento com as pessoas será diferente de quando você está alegre. Até um pensamento ruim condiciona a sua atitude frente aos outros. E se você se degrada, está quebrando o plano de Deus. Nesse sentido se diz que ofendemos a Deus: no sentido de que quebramos o plano de Deus.



Então, quando você peca, ofende a Deus porque quebra o plano de Deus, e então o que acontece é que causa dano para você mesmo e para os outros. Portanto, é impossível ofender a Deus sem ofender também aos outros e a si mesmo.” (pág. 140-141).

Portanto, mais uma vez, não existe aí nenhuma negação, mas sim um aprofundamento, para que as pessoas comecem a ver o pecado não apenas como atos isolados de ofensa a Deus, mas sim como algo que nos mata, que nos faz mal, e em consequência disso faz mal também aos outros. É nesse sentido que ele nunca será um ato exclusivamente individual, mas sempre também (e não só) social (cf. letra b) de Zoffoli, pág. 23). Kiko e Carmem querem desfazer aquela noção de “infração de uma lei” que leva uma pessoa a pensar (como se exemplifica mais adiante): “Pode ser que um dia eu tenha que pagar por isso, mas pelo menos aproveitei enquanto podia.” Ou seja, o pecado seria um “bem” que pode até custar caro, mas vale a pena.

Trata-se de desfazer também aquela noção (da qual nem temos consciência) de que o pecado é um ato isolado que cometo, e do qual fico inteiramente perdoada com a confissão, e não algo que faz parte da minha natureza. Eu não apenas cometo pecados, mas eu sou um pecador. Portanto, não basta buscar o sacramento da confissão como uma espécie de “lata de lixo” onde jogo aquilo que não presta, e assim fico limpa. Para que eu fique limpa de fato, é preciso mudar a minha natureza, ou seja, converter-me. Caso contrário, posso confessar-me sempre, mas isso não me mudará interiormente. Assim, a confissão pode acabar transformando-se numa atitude comodista, um meio de tranquilizar a consciência sem que sintamos a necessidade de uma conversão

profunda.” (Hulschof, “Comentário”, p.17).

E mais:

“Então, quando você peca, ofende a Deus porque quebra o plano de Deus, e então o que acontece é que causa dano para você mesmo e para os outros. Portanto, é impossível ofender a Deus sem ofender também aos outros e a si mesmo.” (pág. 140-141). (Kiko e Carmem, Apostilas, apud Hulschof, “Comentário” p. 18).

Portanto, para a Sra. Hulschof, o pecado nada tira de Deus, só quebra seu plano com relação a nós, nos degrada, e prejudica assim à comunidade. Pelo pecado, ela insinua que nada pagaremos: “Kiko e Carmem querem desfazer aquela noção de “infração de uma lei” que leva uma pessoa a pensar (como se exemplifica mais adiante): “Pode ser que um dia eu tenha que pagar por isso, mas pelo menos aproveitei enquanto podia.” Ou seja, o pecado seria um “bem” que pode até custar caro, mas vale a pena”.

Está aí confessado o intuito de Kiko e Carmen: desfazer a noção de pecado que sempre vigorou na Igreja.

O Neo Catecumenato, portanto, ensina uma nova moral, contrária à Moral tradicional que a Igreja sempre ensinou repetindo as palavras de Cristo

Que a Sra. Hulschof e o Neo Catecumenato têm a noção de que estão ensinando uma doutrina moral diferente da ensinada pela Igreja, ela o confessa também quando escreve:

“Evidentemente, é preciso cuidado ao falar de coisas assim, para evitar mal-entendidos. Posso compreender que muitas pessoas fiquem chocadas, pois eu mesma me vi resistindo às palavras de Kiko e Carmem, ao ler agora o texto da catequese. Como pode alguém vir dizer que a confissão não é uma

coisa boa? Como, porém, já estou familiarizada com a orientação do Caminho o suficiente para ter confiança, consegui vencer o preconceito e tentar entender o sentido profundo por trás daquelas palavras. E que diferença, depois que a gente entende! O essencial começa a aparecer por trás dos acessórios que nos sobrecarregavam e dificultavam a caminhada e a visão. “Vinde a mim todos vós que estais sobrecarregados...” sobrecarregados também de conceitos e preconceitos, de visões estreitas e legalistas que não nos permitiam enxergar o essencial”. (Hulschof, Comentário”, p. 17. O sublinhado é meu).

Dona Margarida Hulschof tem tão clara a ideia de que os ensinamentos de Kiko e Carmen contrariam a doutrina católica que ela mesma confessa ter ficado “chocada”, isto é, escandalizada pelo que leu nas Apostilas de Kiko.

Daí, a necessidade de ir ensinado devagarinho e secretamente essa nova doutrina, para evitar que alguém se escandalize. É o que confessa a Sra. Hulschof:

“Essa mudança de mentalidade (conversão) não é coisa de momento, mas é um processo que leva anos, é uma longa caminhada catecumenal. Kiko repete sempre que nem tudo o que ele está dizendo é para ser repassado às pessoas, ao menos não tudo de uma vez. Ali ele está formando os catequistas, para que estes possam depois formar suas comunidades, segundo o ritmo próprio delas. As coisas não podem ser jogadas de qualquer maneira, sem uma preparação, porque nesse caso seriam mal compreendidas. É esse o único motivo do “segredo” que tanto incomoda as pessoas. E, nesse sentido, o zelo inoportuno de Zoffoli terá talvez sido pedra de tropeço e motivo de escândalo para muitos “pequeninos” que, como diz São Paulo, ainda estavam

na fase de alimentar-se com leite e não com comida sólida.”(Hulschof, “Comentário”, p. 18. O sublinhado é meu).

Portanto, o Neo Catecumenato exige segredo do que é ensinado por Kiko, porque visa mudar os conceitos que as pessoas têm da doutrina católica tradicional, para incutir nelas uma nova doutrina, que, se fosse dada de uma vez, escandalizaria. Daí os longos anos de deformação feita em segredo, no Neo Catecumenato. O NC atua, então, exatamente como age uma seita secreta.

A ideia de pecado ensinada por Kiko possui ainda outros pontos aberrantes da doutrina católica. Dois desses pontos são a ideia de que o homem é constrangido a pecar, e outro a ideia de que as obras não são necessárias. Ambos esses pontos aproximam a doutrina de Kiko da doutrina luterana.

### **7ª Acusação: somos constrangidos a pecar.**

Escreveu Dona Margarida Hulschof:

“E chegamos assim àquela questão de que “o homem é constrangido a pecar”, em torno da qual Zoffoli fez tanto drama (pág. 18 e outras). Kiko fala sobre isso comentando o texto de Romanos 7, que diz muito claramente: “Eu sou carnal, vendido como escravo ao pecado. Não faço o bem que quero, mas o mal que não quero. Não sou mais eu que pratico a ação, mas o pecado que habita em mim. Querer o bem está ao meu alcance, mas não o praticá-lo.” São João também diz: “Se alguém afirma não ter pecado, é um mentiroso.” Portanto, se Kiko está negando a liberdade de responder à ação da graça, então também São João e São Paulo fazem o mesmo.

“Mas não. São Paulo salienta o antagonismo entre a carne e o espírito, que permanece mesmo após a Redenção. Cristo libertou o homem do pecado para

que ele viva segundo as obras do espírito e não as da carne, mas, enquanto estivermos neste mundo e presos ao nosso corpo carnal, continuamos constrangidos a pecar. Iremos nos libertando do pecado aos poucos, na medida em que abrirmos espaço para a graça, mas nunca completamente, nesta vida.”(Hulschof, “Comentário”, p. 18-19. O sublinhado é meu).

Haveria que reparar, antes de tudo, que Kiko cita imprecisamente o texto da Epístola de São Paulo aos Romanos. De nenhum modo São Paulo afirma, no texto citado, que o homem é “constrangido a pecar”. O termo “constrangido” não está no texto de São Paulo. Foi Kiko que o utilizou, forçando o texto do Apóstolo.

A Sra. Hulschof nega a acusação de Padre Zoffoli a Kiko de que “o homem é constrangido a pecar”. Mas, logo depois, cita o texto de Kiko que afirma exatamente isso, conforme publicamos acima:

“enquanto estivermos neste mundo e presos ao nosso corpo carnal, continuamos constrangidos a pecar.”

Evidentemente a frase de Kiko está errada, pois dá a ideia de que não temos liberdade para não pecar. São Paulo não diz isso.

Da frase de Kiko se deduz, lógica e diretamente, a negação do livre arbítrio, por isso a frase de Kiko é teologicamente um erro.

Tal erro é salientado ainda pela afirmação de que seria o fato de estarmos na “prisão de nosso corpo” que nos constrange a pecar, o que é uma tese claramente gnóstica, pois considera o corpo humano mau e como que uma prisão. A tentativa de justificar a tese esdrúxula de Kiko com a citação de São Paulo que trata da tendência do homem para o pecado é falha, porque o Apóstolo não afirma que o homem é constrangido a pecar, mas

apenas que o homem tem uma tendência para o pecado, pela concupiscência desregrada pelo pecado original. Há uma diferença essencial entre a ideia de tendência para o pecado e constrangimento ao pecado. O constrangimento tira a liberdade, enquanto a tendência para pecar não anula o livre arbítrio. São Paulo diz ainda que o bem que podemos fazer, só o fazemos com a ajuda da graça de Deus. Por isso São Paulo diz noutra passagem: “Tudo posso naquele que me conforta” (Filip. IV, 13).

Também o texto de São João “– “Se alguém afirma não ter pecado, é um mentiroso”, é mal citado pela Sra. Hulschof (Cfr. I Jo. I, 10) – mas mesmo desse texto não se deduz, de maneira nenhuma, que somos constrangidos a pecar. São João afirma apenas que todo homem é pecador, e não que o homem é constrangido (obrigado) a pecar. O que negaria o livre arbítrio do homem.

A Sra. Hulschof cita esse versículo de São João isoladamente. Ela poderia citar também outro versículo da mesma I Epístola de São João, que diz o oposto do que ela pretende provar, e que, entretanto, também ele, citado isoladamente poderia induzir em erro oposto ao que defendem Kiko e a Sra. Hulschof:

“Todo o que nasce de Deus, não comete pecado, porque a semente de Deus permanece nele, e não pode pecar porque nasceu de Deus” (I Jo. III, 9).

Veja-se por aí o mal de citar textos da Escritura isoladamente, sem compará-los com outros textos, e sem procurar conhecer como a Igreja os explica.

Portanto, nem a natureza humana é essencialmente pecadora –embora todo homem seja pecador – nem o homem é incapaz de pecar. O homem tende ao pecado, mas é capaz de fazer o bem, com a ajuda da graça de Deus.

Convém, então, citar aqui o Cânon do Concílio de Trento que anatematizou os que afirmam que o homem, pelo pecado original,

perdeu o livre arbítrio, uma das teses defendidas por Lutero.

“Cânon 5. Se alguém disser que o livre arbítrio do homem se perdeu e se extinguiu depois do pecado de Adão, ou que é coisa apenas de título, ou melhor título sem coisa, invenção, enfim, introduzida por satanás na Igreja, seja anátema” (Concílio de Trento, Cânones sobre a Justificação. Cânon 5. Denzinger 815).

Também São Pio V, ao condenar os erros de Bayo, anatematizou a tese de que o homem, depois do pecado original é incapaz de fazer o bem.

“65. Somente pelo erro pelagiano se pode admitir algum uso bom do livre arbítrio, ou seja, não mau, e aquele que assim pensa e ensina faz injúria à graça de Cristo” (São Pio V, Erros de Miguel de Bayo, condenados na Bula *Ex omnibus afflictionibus* de 1 de janeiro de 1567. Denzinger, 1065)

Dessa confusão entre tendência ao pecado e constrangimento ao pecado vão se deduzir outras ideias que aproximam a doutrina de Kiko do sistema luterano: a ideia de que o pecado mudaria a natureza do homem, e a de que as boas obras seriam inúteis ou impossíveis.

Vejamos o que diz sobre isso a Sra. Hulschof citando Kiko:

“Trata-se de desfazer também aquela noção (da qual nem temos consciência) de que o pecado é um ato isolado que cometo, e do qual fico inteiramente perdoada com a confissão, e não algo que faz parte da minha natureza. Eu não apenas cometo pecados, mas eu sou um pecador. Portanto, não basta buscar o sacramento da confissão como uma espécie de “lata de lixo” onde joga aquilo que não presta, e assim fico limpa. Para que eu fique limpa de fato, é preciso mudar a minha natureza, ou seja, converter-

me. Caso contrário, posso confessar-me sempre, mas isso não me mudará interiormente. Assim, a confissão pode acabar transformando-se numa atitude comodista, um meio de tranquilizar a consciência sem que sintamos a necessidade de uma conversão profunda". (Hulschof, "Comentário", p. 18. O sublinhado é meu).

Essa afirmação da Sra. Hulschof não pode passar sem reparo. O pecado não muda a natureza do homem. O pecador continua tendo natureza humana, continua sendo um animal racional, composto de corpo material e alma racional. E também quando alguém se converte, sua natureza não muda: continua a ser homem, animal racional. Convertido, o homem recebe a graça santificante, mas continua a ser homem. Não muda de natureza.

O pecado mortal muda o estado da alma humana, fazendo-a perder a graça santificante, sem mudar a natureza do homem. O ser pecador é um acidente do homem e não faz parte de sua natureza ou essência. Se o pecado mudasse a natureza do homem, o pecador deixaria de ser homem. O pecado danifica a natureza, mas não a faz ser outra coisa. A essência humana não muda pelo pecado.

Convém também protestar contra o modo depreciativo com que a Sra. Hulschof se refere à confissão. Quem se confessa, mesmo tendo apenas atrição, tendo firme propósito de emenda, fica de fato com a alma limpa dos pecados.

A Sra. Hulschof escreve então:

"No primeiro momento, trata-se de fazer as pessoas compreenderem que são pecadoras, muito mais pecadoras do que pensam. Jesus disse que o Paráclito viria para "convencer o mundo do pecado", e João Paulo II disse, citando Pio XII, que "o pecado do século é a perda do sentido do pecado". E ninguém se sentirá pecador de fato enquanto não



compreender que os pecados não são simples atos exteriores que podemos ou não cometer, mas que é algo arraigado na nossa natureza". (Hulschof, "Comentário", p. 18. O sublinhado é meu).

Essa confusão da Sra. Hulschof mostra a tendência gnóstica insuflada por Kiko em seus seguidores, que faz considerar a própria natureza humana como modificada pelo pecado, o que daria ao mal um caráter metafísico e não apenas moral. E isso cheira a luteranismo.

Dessa grave confusão doutrinária advirá outro erro: o de que é impossível cumprir a lei de Deus.

Para comprovar essa tese errada, cita-se indevidamente, mais uma vez, São Paulo:

"Por isso São Paulo diz que a lei não salva ninguém, porque ninguém é capaz de cumprir a lei. A única utilidade da lei é justamente mostrar-nos o nosso pecado, a nossa incapacidade de cumpri-la. Enquanto a pessoa achar que pode libertar-se do pecado por seus próprios esforços, por suas próprias obras, sempre se verá frustrada, porque voltará sempre a pecar. E é nesse sentido que somos, sim, constrangidos a pecar, como São Paulo afirmou.

"O que é preciso entender é que não são as nossas obras que nos salvam, mas sim Jesus Cristo. E a redenção acontece apesar do nosso pecado, embora nos vá libertando dele aos poucos, na medida em que correspondemos à graça. Nossa liberdade consiste em que podemos ou não permitir que Deus nos salve. Mas o mérito será sempre dele, nunca nosso" (Hulschof, "Comentário", p. 19. O sublinhado é meu).

Essas afirmações da Sra. Hulschof mais parecem de uma adepta de Lutero do que de uma católica.

Evidentemente, nesse texto se confunde a lei mosaica com o decálogo. São Paulo nunca afirmou que é impossível praticar os dez mandamentos. Com a ajuda da graça de Deus, os homens podem, sim, praticar a lei de Deus e da Igreja. O texto acima citado, tal como está, leva os leitores a pensar que não adianta tentar cumprir a lei de Deus, pois o homem “é constrangido a pecar” (Cfr. F. Prat, *La Théologie de Saint Paul*, Beauchesne, Paris, 1913, pp.221-258; e Gerald Bray, *La Bíblia Comentada por los Padres de la Iglesia – Romanos*, Ciudad Nueva, Madrid- Buenos Aires, 1999, pp. 255-286).

O texto da Sra. Hulschof acentua ainda mais essa impossibilidade de cumprir os dez mandamentos ao dizer que “a redenção acontece apesar do nosso pecado, embora nos vá libertando dele aos poucos “. Como se fossemos salvos mesmo pecando. Como se a conversão permitisse ir abandonando aos poucos o pecado, convivendo com ele, e não de uma vez renunciando ao pecado, embora se possa recair nele.

Desses erros nasce então, no texto da Sra. Hulschof, a tese luterana de que as boas obras são desnecessárias, senão impossíveis. É certo que a nossa salvação vem pelos méritos infinitos de Cristo, mas unidos a nossas boas obras. Se Dona Margarida lembra corretamente que a salvação nos vem de Cristo, ela omite que essa salvação exige uma participação do homem pela prática de boas obras. Como Lutero, ela e Kiko afirmam só os méritos de Cristo, recusando a necessidade de que o homem participe desses méritos pela fé e pela prática de boas obras, cumprindo os mandamentos, como o próprio Cristo mandou:

“Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos” (Mt. XIX, 17).

E ensinou Jesus Cristo ainda:

“Todo aquele, pois, que ouve estas minhas palavras, e as observa, será semelhante ao homem prudente que edificou a sua

casa sobre a rocha” (Mt. VII, 24). E mais: “Todo aquele que ouve estas minhas palavras e não as pratica, será semelhante ao homem insensato, que edificou a sua casa sobre a areia” (Mt VII, 26).

A Sra. Hulschof e Kiko defendem doutrina oposta à católica, doutrina praticamente luterana:

“Kiko condena a ascese e a renúncia no sentido de não cairmos na tentação de pensar que, com elas, podemos merecer o céu, “comprar” a salvação. Esta será sempre dom gratuito, nunca fruto de nossas obras. É claro que o caminho do céu é estreito e passa pela cruz e pela morte, mas precisamos chegar a entender a cruz como dom e não como um preço ou condição imposta”. (Hulschof, “Comentário”, p. 22).

Se a Sra. Hulschof não nega – como Lutero – o valor da Epístola de Santiago, ela a desvaloriza, pois defende a tese absurda de que os Apóstolos se contradisseram quanto ao valor e necessidade das boas obras:

“Nesse sentido as cartas dos apóstolos apresentam contradições, pois em várias passagens São Paulo diz e repete que é a fé e não as obras que salvam, mas depois vem São Tiago e diz que “a fé, sem obras, é morta”, e o próprio Paulo fala em castigar o corpo e em “praticar as obras do Espírito”.

“O dilema está em descobrir o verdadeiro sentido das obras. Elas existem como fruto da conversão, da fé e do amor que temos a Deus e aos irmãos, e não como condições para a salvação, como a veem geralmente os protestantes” (Hulschof, “Comentário”, p. 23. O sublinhado é meu).

Para essa Sra., os Apóstolos têm contradições. Kiko é quem deve ser seguido. Isso é um absurdo pois que atribui erro à própria revelação tal como está na Escritura.

Contra o que ela defende como doutrina católica, se opõe o Concílio de Trento quando anatematiza as seguintes teses heréticas.

“Se alguém disser que os justos não devem aguardar e esperar a eterna retribuição por parte de Deus por sua misericórdia e pelo mérito de Jesus Cristo como recompensa das boas obras que foram feitas em Deus, se perseverarem até o fim obrando bem e guardando os divinos mandamentos, seja anátema” (Concílio de Trento, Cânones sobre a Justificação, Cânon 26, Denzinger, 836. O sublinhado, evidentemente, é meu).

“Se alguém disser que a justiça recebida não se conserva e também que ela não aumenta diante de Deus por meio das boas obras, senão que as próprias obras são apenas frutos e sinais da justificação alcançada, não causa também de aumentá-la, seja anátema” (Concílio de Trento, Cânones sobre a Justificação, Cânon 24, Denzinger, 834. O sublinhado é meu, claro).

A Sra. entendeu bem, Sra. Hulschof?

O que a Sra. e Kiko defendem e se ensina no Neo Catecumenato é anatematizado pelo Concílio de Trento!

A Sra. defendeu a tese de que as obras “existem como fruto da conversão (...) e não como condições para a salvação”.

E o Concílio de Trento anatematizou a tese de que “as próprias obras são apenas frutos e sinais da justificação alcançada”.

A frase que a Sra. Hulschof escreveu é condenada literalmente pelo Concílio de Trento. E ela aprendeu isso de Kiko.

Portanto, ninguém pode se salvar sem praticar lei de Deus, os dez mandamentos. São Paulo não podia ter ensinado outra coisa

do que Cristo. A lei à qual São Paulo se refere não é a lei de Deus – o Decálogo – e sim a lei judaica.

Kiko e Dona Margarida levam a pensar que ninguém é constrangido a cumprir a lei, mas que se é constrangido a pecar. O que é um absurdo. Eles edificam sobre a areia, e, por isso, grande será a ruína do Neo Catecumenato.

Daí a conclusão absurda de Dona Margarida, ao dizer, sem reparos, que “Deus ama o pecador”.

Hulschof vai citar Kiko:

“Na catequese sobre o querigma há um trecho lindo que mostra justamente isso: “Vós sabeis qual é a diferença entre um cristão e um pagão? Vamos a um bar e imaginemos encontrar aí um cristão e um pagão que bebem um café. Diremos ao pagão: Tu és um homem egoísta e orgulhoso. Este homem ficaria com muitíssima raiva e diria: com que direito o senhor me insulta? Quem pensa que é? Eu, egoísta? Jamais fui egoísta! O egoísta és tu! Digamos, agora, a mesma coisa ao cristão (imaginai que seja São Francisco de Assis). Toquemo-lo no ombro e digamos-lhe: “Permite? O Senhor é um homem profundamente egoísta e orgulhoso.” O que pensais que São Francisco vai-vos responder? “Vistes muito bem. Eu sou ainda pior do que vós dizeis. Sou um pecador, profundamente pecador e egoísta.”

“Então, eis que surge uma questão: como é possível ser um santo e ser egoísta? O que torna santo a São Francisco de Assis e a qualquer cristão, não é o fato de não mais ser egoísta (porque sempre o seremos), mas o fato de haver compreendido que Deus é o único capaz de amar um egoísta.

“O pagão é cego a respeito de sua situação e todos os dias assina para si mesmo um atestado de boa

conduta, porque se ele não é bom, a sociedade não o aceita. E como ele quer ser aceito pela sociedade, todos os dias diz a si mesmo que é bom. São Francisco, ao contrário, não se deixa julgar pela sociedade, mas pela cruz de Jesus Cristo, que reuniu em si o pecado de todos, para a todos manifestar misericórdia. São Francisco se conhecia profundamente e isso o levou a amar a Deus, a saber que não há necessidade de usar uma máscara de pessoa boa diante dos outros, porque Deus ama o pecador. Deus veio para fazer-se a si mesmo pecado, para encontrar a ovelha perdida. Ele desceu até a nossa realidade mais profunda de maldade. (Enquanto não nos sabemos pecadores, não aceitamos que Jesus nos liberte do pecado, pois só pede quem se reconhece necessitado).

Quem descobriu verdadeiramente a sua realidade de pecador, não julga mais os outros, porque sabe que é pior do que os outros. E nós, através de um catecumenato, chegaremos à mesma conclusão: descobriremos a nossa profunda realidade de pecadores". (Kiko Arguelo, Apostila, apud Hulschof, "Comentário", pp. 19-20. O sublinhado é meu).

Perdoe-nos o leitor as citações longas e repetidas. Nós as fazemos para evitar que se diga que estamos retirando frases de seu contexto.

Deus ama o pecador, enquanto ele é sua criatura, feita à sua imagem, e, por isso, quer que ele se converta e alcance a salvação, embora odeie o pecado. Deus quer a salvação de todos. Porém, é falso que Deus ama o pecador enquanto pecador. Ele o ama, repito, enquanto criatura feita à imagem de Deus, nunca enquanto pecador. Por isso Deus diz na Sagrada Escritura:

"Deus odeia igualmente o ímpio e a sua impiedade" (Sab. XIV,

9).

E também: “Ainda que pisasses o néscio num pilão, como se pisam os grãos de cevada com o pilão, não separarias dele a sua estultícia” (Prov. XXVII,22).

“O Senhor está longe dos ímpios, e atenderá as orações dos justos” (Prov. XV, 29).

“Minha boca proclamará a verdade, e meus lábios detestarão o ímpio” (Prov. VIII, 7).

E se a frase de Kiko “Deus veio para fazer-se a si mesmo pecado” lembra o texto de São Paulo que diz: “Aquele que não tinha conhecimento do pecado, Deus o fez pecado por nós, para que nos tornássemos nele justiça de Deus” (I Cor. V, 21), conviria completar essa frase com outra do mesmo Apóstolo que diz: “É porventura Cristo ministro do pecado? Certo que não.” (Gal. II, 17).

### **8ª Acusação: desvalorização da Confissão sacramental**

Toda essa doutrina do pecado tão ambígua e erroneamente exposta leva a outra ideia errada: a desvalorização do sacramento da confissão, por parte de Kiko e de Hulschof.

“Quando Kiko diz que a Igreja primitiva não tinha a confissão como a temos hoje (pág. 23 do livreto de Zoffoli) e que o que ficava em seu lugar era o Batismo, isso acontecia porque as pessoas só recebiam o batismo depois de terem feito um longo catecumenato, depois de estarem convertidas. E quando chegavam a esse ponto, a graça do Batismo tinha uma força muito maior (porque o coração estava preparado), e por isso dificilmente voltavam a pecar gravemente. Quando alguém pecava, era excluído da comunidade, para que sentisse novamente a necessidade de conversão. Quando esta acontecia, a pessoa era readmitida na comunidade, e essa foi a

primeira forma de manifestar o perdão dos pecados, sendo considerada como um “segundo Batismo”. Kiko diz que “o importante não era a absolvição”, porque o fato principal aí era a conversão que tornava a pessoa apta a participar novamente da comunidade dos santos. Todo esse processo tinha um caráter eclesial, comunitário, sendo a exclusão e a readmissão conduzidas pelo bispo, dentro da assembleia. É esse o sentido da “visão comunitária” do pecado que Zoffoli quis condenar. (Hulschof “Comentário”, p. 20-21. O sublinhado é meu).

Nessas palavras, está insinuado que a confissão auricular não existia na Igreja primitiva e que, portanto, foi uma instituição eclesial e não diretamente de Cristo. Também não fica clara a distinção entre a Confissão e o Batismo na Igreja primitiva.

Ora, o Concílio de Trento estabeleceu que são heréticas as seguintes afirmações, anatematizando os que as defendem:

“Se alguém disser que a confissão sacramental ou não foi instituída ou não é necessária para a salvação por direito divino; ou disser que o modo de confessar-se secretamente somente com o sacerdote, que a Igreja Católica sempre observou desde o princípio e continua observando, é alheio à instituição e mandato de Cristo, e que é uma invenção humana seja anátema.” (Concílio de Trento, Cânon sobre o sacramento da penitência, nº 6. Denzinger 946).

“Se alguém, confundindo os sacramentos, disser que o mesmo batismo é o sacramento da penitência, como se estes dois sacramentos não fossem distintos e que, por isso, não se chama corretamente a penitência “segunda tábua depois do naufrágio” seja anátema. (Concílio de Trento, Cânon 2 sobre o



sacramento da penitência. Denzinger, nº 912).

Não é sem motivo que Kiko e a Sra. Hulschof veem com restrições o Concílio de Trento, pois afirma Kiko:

“Depois Kiko continua fazendo uma longa e interessante retrospectiva histórica, mostrando como, de mudança em mudança (provocadas por fatores externos diversos, sobretudo políticos e sociais) o sacramento da confissão foi aos poucos adquirindo a forma que conserva até hoje. Quando Kiko diz que “a partir do Concílio de Trento, tudo ficou bloqueado” (pág. 24) não significa que houve “retrocesso” como interpretou Zoffoli, mas sim que não houve mais mudanças, até o Concílio Vaticano II.”(Hulschof, “Comentário”, p. 21).

Se no Neo Catecumenato se desvaloriza a Confissão sacramental, lá se valoriza a chamada “confissão comunitária”. Nada mais consequente: se o pecado nada tira de Deus e é mais um prejuízo a si mesmo e aos demais membros da “comunidade”, se o pecado é sempre social, comunitário, nada mais lógico do que pedir perdão à comunidade, e que a confissão seja comunitária.

A Sra. Hulschof não fala de ‘confissão comunitária,’ mas fala de “liturgias” em que se expõem as “experiências” pessoais. Afirma ela que, nas “convivências’, se fazem “rodas de experiências”, nas quais há quem conte pormenores muito íntimos de sua própria vida...

“As humilhações e os “testemunhos de pecado” (pág. 43) não são algo desconhecido na história da Igreja, muito pelo contrário. Os grandes santos não tinham problemas de “falso pudor”. São Francisco não deixou de ser santo por ter ficado nu em praça pública, e o próprio Jesus foi crucificado nu, apesar do decoroso paninho que as imagens apresentam para evitar escândalos. Mas a cruz é

escândalo, afirma São Paulo. E também muitas passagens bíblicas, se forem analisadas nesta perspectiva, como o profeta Oséias e o Cântico dos Cânticos, que durante muitos anos não fui capaz de ler porque me escandalizava.

Quanto às acusações da “testemunha” citada à pag. 43, não está claro o que ela quis dizer com “liturgias”. O que acontece é que, nas Eucaristias, é feita a ressonância da Palavra, ou seja, as pessoas são convidadas a partilhar com os irmãos aquilo que a Palavra lhes disse, de que forma esta as questionou, exortou ou denunciou. Somos convidados a colocar aí nossa experiência concreta, mas posso dizer que é muito difícil que alguém chegue a expor detalhes tão íntimos como os mencionados pela testemunha. Eu, pelo menos, nunca vi. Nas convivências há a “roda de experiências”, onde a liberdade é um pouco maior. Ali, porém, estão presentes apenas os membros da comunidade. Como a idade mínima para ingressar numa comunidade é de 14 anos, e como as pessoas levam vários anos para ter a coragem de expor assim suas vidas, é praticamente impossível que haja crianças e adolescentes presentes. Na Eucaristia sim, as crianças participam, mas, se alguém chegou ao ponto de relatar experiências como as citadas, certamente trata-se de comunidades já maduras, onde mesmo as crianças, se houver, já terão nascido dentro de uma comunidade. Quem se escandaliza são os “xeretas” que nada entendem, mas, no entanto, contestam o cuidadoso zelo que motiva o “segredo” catecumenal”. (Hulschof, “Comentário”, pp.27-28. O sublinhado é meu).

## **9ª Acusação: Kiko nega a Redenção de Cristo**

“Kiko não diz que “Jesus não operou a redenção”, como acusa

Zoffoli na pág. 19. Quando ele diz que, a partir do Concílio Vaticano II, “não se falou mais no dogma da Redenção”, mas sim em “mistério pascal”, significa que o Concílio procurou resgatar o sentido da Páscoa como VIDA NOVA, e não simplesmente expiação de uma culpa. Nem se trata, portanto, de uma iniciativa de Kiko, mas sim do Vaticano II, que Kiko teve o mérito de compreender mais profundamente do que Zoffoli. Ele quer que não nos limitemos a acreditar na Redenção, mas que cheguemos a experimentá-la de fato, para que um dia, quando estivermos na fase do “Credo”, possamos levantar-nos diante de toda a comunidade e explicar por que cremos num Deus que é Pai, todo – poderoso, que enviou seu filho para morrer e ressuscitar por nós.

Não vamos dizer que cremos nisso simplesmente porque a Igreja o ensina, mas porque o temos, de fato, experimentado em nossa vida.” (Hulschof, “Comentário” p.22. O sublinhado é nosso).

A Sra. Hulschof, mais uma vez, ao pretender negar as acusações de Padre Zoffoli a Kiko, acaba sempre dando as citações comprobatórias de que a acusação era legítima.

Nessa acusação de negação da redenção de Cristo por parte de Kiko o que ela cita mostra que, de fato Kiko pensa isso, mas que ele apenas repete o que o Vaticano II teria ensinado, isto é, que o Vaticano II jamais fala do ato redentor de Cristo, mas apenas do “mistério Pascal”. Se isso for verdade, é uma acusação gravíssima de omissão ao Vaticano II feita por Kiko e pela Sra. Hulschof.

Ela explica que Kiko “quer que não nos limitemos a acreditar na Redenção, (...)por que [sic] cremos num Deus que é Pai, todo-poderoso, que enviou seu filho para morrer e ressuscitar por nós”.

Ora, nessa citação se insinua exatamente o que diz a famosa doutrina do “mistério pascal” do Padre Bouyer e de outros: que a salvação não se realizou por meio do ato redentor de Cristo

na Cruz, satisfazendo por nossos pecados, mas que foi pela ressurreição que o amor de Deus Pai se revelou a nós.

Pior ainda é a frase final da citação acima, que repetimos para facilitar a leitura:

“Não vamos dizer que cremos nisso simplesmente porque a Igreja o ensina, mas porque o temos, de fato, experimentado em nossa vida.”

Está expressa aí uma noção herética de Fé como experiência, tal qual os modernistas concebiam a Fé.

Fé é a aceitação por nossa inteligência das verdades reveladas por Deus e confirmadas pela Igreja.

Entretanto, para os Modernistas, a Fé é uma experiência de um sentimento interior e não uma crença intelectual no que a Igreja ensina. A Sra. Hulschof adere ao conceito herético de Fé dos Modernistas. E ela aprendeu isso no Neo Catecumenato.

### **10ª Acusação: Kiko afirma que Jesus não é nosso modelo**

“Zoffoli, na pág. 20, acusa Kiko de dizer que Jesus Cristo não é um modelo a ser imitado, um ideal de vida. Na verdade, Kiko quer dizer que nós, por nosso próprio esforço, não temos condições de vencer a morte, de imitar Jesus. Por isso, não devemos achar que podemos ser como Jesus, mas justamente compreender que não o podemos. Não por nós mesmos, mas sim se acolhermos, pela fé, a graça da cruz e da ressurreição de Jesus. Podemos receber a vida justamente porque pecamos, porque somos incapazes de ter vida por nós mesmos. Como diz o pregão pascal: “ Ó feliz culpa, que mereceu tão grande redentor!” Quem escreveu essas palavras, certamente já tinha aprendido a não se escandalizar dos próprios pecados...”.

A Sra. Hulschof, nessa questão, se esquivava dizendo que o homem, por suas próprias forças, é incapaz de imitar a Cristo. Isso é verdade. Entretanto, em suas próprias palavras, fica

insinuada a pregação de uma conformação, de uma passividade completa, pois que não adiantaria querer imitar a Nosso Senhor.

O que não é verdade, pois Cristo nos disse:

“Aprendeis de mim que sou manso e humilde de coração” (Mt XI, 29).

“Eu vos dei o exemplo, para que, como eu vos fiz, assim façais vós também” (Jo. XIII, 15).

Como então Kiko, Carmem, e Hulschof ousam contrariar o que está expresso, no Evangelho, pelas próprias palavras de nosso Divino Mestre?

É ousadia demais!

Toda a doutrina de Kiko, e do Neo Catecumenato, assim como a doutrina que expõe a Sra. Hulschof, estão impregnadas de uma concepção evolucionista do dogma.

Para esses autores, que repetem nesse ponto as doutrinas de muitas seitas heréticas, desde os Gibelinos até os protestantes e modernistas, a Igreja teria se corrompido, quando aceitou os privilégios concedidos pelo Imperador Constantino. Tornando-se uma Igreja rica, hierárquica e monárquica, o Catolicismo perdeu sua pureza doutrinária.

Na liturgia, isso teria se manifestado na perda da noção do “Mistério Pascal”, que teria sido substituído pela noção de Missa como sacrifício expiatório e com a “obsessão” pela presença real de Cristo na hóstia.

Na verdade, o que se defende quando se apregoam essas teses heréticas, é que o Espírito Santo abandonou a Igreja desde o tempo de Constantino, voltando a dirigir a Igreja Católica apenas no Concílio Vaticano II, que acabou com a Igreja triunfalista, constantiniana.

Kiko e Carmen não defendem outra coisa. Vejam-se, por exemplo, os seguintes textos das famosas Apostilas de Kiko e Carmem para os catequistas do Neo Catecumenato:

“O que quero explicar agora superficialmente é como a Igreja primitiva vive a eucaristia e como no decorrer dos séculos ela foi pisoteada e escondida, revestida até o ponto em que nós não vemos na nossa missa em nenhuma parte a ressurreição de Jesus Cristo” (Carmem, Apostilas, p. 315).

Após Constantino, a Igreja teria perdido sua pureza e simplicidade.

Diz Carmem:

“Vejam agora o que aconteceu com a Eucaristia do IV ao VIII século. Temos aqui uma data chave: o ano 314 que é o ano da conversão de Constantino. A Igreja, de pequenas comunidades perseguidas, passa a ser uma religião oficial do império e por isso protegida. Tudo isto influi enormemente na evolução da Eucaristia e de toda a liturgia porque na Igreja entram massas de pessoas sem terem sido catequizadas.

“Constroem-se basílicas enormes com as quais entram na liturgia elementos de fausto e solenidade. Deste momento a luz potente da Igreja Primitiva se esconde e se ofusca adquirindo elementos de fausto.

“A pureza da liturgia primitiva se reveste de ouropéis. Examinemos agora estes elementos de fausto.

“O imperador entra com grande solenidade na basílica: rito de entrada, o introito. Imaginem a procissão que se organiza enquanto entra todo o cortejo do imperador. Uma grande entrada com

cânticos. O introito se reveste de grande

“Tende presente que as igrejas estão cheias de gente que não é judia e que não viveu a Páscoa de geração em geração. É gente que vem dos templos pagãos onde prestava seus cultos e, não sendo catequizada, começa a ver no culto cristão as mesmas coisas que fazia na sua velha religião. Cada uma delas vê as coisas do seu jeito, com os olhos que tem. Toda esta gente não vive mais a Páscoa, mas os próprios modos religiosos de conceber Deus e as relações com Ele.

“Assim sabemos que entra na liturgia toda uma série de ideias das religiões naturais: oferecer coisas a Deus para aplacá-lo; sacrifícios, cordeiros, ofertas diversas. Também Israel por um certo período, teve este tipo de culto sacrificial, mas já vimos que Deus pouco a pouco o fez passar de uma liturgia sacrificial e de templos para uma liturgia de louvor, de glorificação e àquela extraordinária espiritualidade que é a celebração pascal. Agora esta gente que entra na Igreja volta àquilo que já o povo de Israel tinha superado e começa a ver na liturgia cristã os ritos religiosos pagãos” (Apostilas de Kiko, Carmem, p. 320).

\*\*\*\*\*

Os Neo catecumenais sempre alegam as aprovações que têm de autoridades romanas, e mesmo do Papa João Paulo II, para provar que sua doutrina é ortodoxa. Dizem que ela foi submetida ao exame das Congregações Romanas e que foi aprovada.

Isso é falso.

É verdade que 2.800 páginas das Apostilas de Kiko foram entregues às autoridades vaticanas para serem examinadas, mas

é falso que tenham sido aprovadas. Pelo contrário exigiu-se a correção de expressões “pouco ortodoxas”, um eufemismo para significar heréticas e erradas.

Quem confessa isso é o Padre Sotil, do Seminário Redemptoris Mater, um dos dirigentes do Neo Catecumenato, no Brasil.

Eis a tradução do documento que obtivemos:

“O Reitor do Seminário Redemptoris Mater de Brasília, Padre Javier Sotil, durante a convivência realizada em Porto Alegre no dia 24 de maio de 1999, na presença de Kiko e de Carmem, reconheceu oficialmente e explicitamente que, em suas catequeses, havia erros que tiveram que corrigir. Esta declaração é reportada num ade suas publicações oficiais, difundida em muitos ambientes.”

Isto é publicado no ponto quatro, da página 113 do Diretório Neo Catecumenal da publicação:



#### **4. Diretório do Caminho Neo catecumenal.**

“Nós entregamos à Santa Sé todas as catequeses até a iniciação à oração( catequeses iniciais, primeiro escrutínio, Shemá...), no total são cerca de duas mil e oitocentas páginas das quais já entregamos a metade à Congregação da Fé, que as estudou fazendo observações pelas quais fizemos correções, introduzimos em notas os textos do Catecismo da Igreja Católica, corrigimos aquelas expressões que foram consideradas imprecisas ou não propriamente ortodoxas. Tudo isto será reconhecido pela Santa Sé como o Diretório do caminho Neo catecumenal”

O reconhecimento a dentes cerrados [ de má vontade] pelos próprios neo catecumenais, os quais depois de ter negado – durante anos – que nas suas catequeses houvesse erros a corrigir, depois de ter acusado – durante anos – todos os que



apontavam esses erros de dizer “tolices”, e depois de se terem defendido – durante anos – dizendo que apenas “O Papa nos aprova”, agora reconheceram oficial e explicitamente que nas suas catequeses ( 2.800 páginas!) tinha sido necessário fazer correções porque havia expressões imprecisas e não propriamente ortodoxas!!!”

Também em suas cartas dirigidas a mim, os Neo Catecumenais garantiam:

1. que não existiam as Apostilas de Kiko;
2. que elas não eram secretas. Dona Hulschof confessa que nem ela, depois de onze anos de neo catecumenato, as conhecia, assim como outros membros do Neo catecumenato confessaram que elas são secretas mesmo.
3. que nelas não havia erros doutrinários;
4. Que o papa e a Congregação para a Doutrina da Fé as haviam aprovado.

Tudo isso, agora, ruiu por terra:

1. As Apostilas de Kiko existem e têm, pelo menos, 2.800 páginas.
2. Elas eram secretas mesmo.
3. Elas contêm erros gravíssimos – doutrinas “pouco ortodoxas”.
4. A Congregação para a Doutrina da Fé não as aprovou.
5. Pelo contrário: exigiu a correção dessas doutrinas.

\*\*\*\*\*

## **2. CONCLUSÃO**

O “Comentário” elaborado pela Sra. Hulschof – que publicamos na íntegra neste site, para que nossos leitores tomem conhecimento dele – trata, a seguir, de acusações morais aos membros do Neo Catecumenato.

Não comentaremos tais acusações do Padre Zoffoli, embora

algumas sejam importantes, pois consideramos fundamentais apenas as questões de Fé, que afetam os dogmas da Igreja.

De passagem, nesse campo, a Sra. Hulschof deixa, porém, escapar algumas considerações doutrinárias que afetam o dogma. Dissemos já alguma coisa sobre algumas dessas afirmações doutrinárias – dela e de Kiko – na análise que fizemos acima sobre as acusações a Kiko.

Restaria tratar apenas de uma questão doutrinária: a existência de pecadores, na Igreja.

Para justificar o “mau comportamento” de alguns membros do Neo Catecumenato, Dona Margarida Hulschof diz, de modo um tanto impreciso, que “A Igreja não é para os santos, mas para os pecadores” (Hulschof, “Comentário”, p. 28).

Teria sido mais exato ela ter dito que, na Igreja, há santos e pecadores, pois só os pecados de cisma e de heresia contumaz é que excluem as pessoas da Igreja.

Ora, esse pensamento da Sra. Hulschof está em flagrante contradição com o que ela disse antes da Igreja primitiva, na qual – disse ela – se alguém pecasse, era excluído da “comunidade”:

“Quando Kiko diz que a Igreja primitiva não tinha a confissão como a temos hoje (pág. 23 do livreto de Zoffoli) e que o que ficava em seu lugar era o Batismo, isso acontecia porque as pessoas só recebiam o batismo depois de terem feito um longo catecumenato, depois de estarem convertidas. E quando chegavam a esse ponto, a graça do Batismo tinha uma força muito maior (porque o coração estava preparado), e por isso dificilmente voltavam a pecar gravemente. Quando alguém pecava, era excluído da comunidade, para que sentisse novamente a necessidade de conversão. Quando esta acontecia, a pessoa era readmitida na comunidade, e essa foi a

primeira forma de manifestar o perdão dos pecados, sendo considerada como um “segundo Batismo” (Hulschof, “Comentário”, pp. 18-19. O sublinhado é meu).

Se tivesse sido assim, a Igreja seria composta apenas pelos “santos”, pois que o pecado grave excluiria da Igreja.

E como então vem ela dizer agora que a igreja contém santos e pecadores?

A contradição é clara.

Chegamos ao fim, graças a Deus.

Que reação esperar?

O desejável seria o reconhecimento dos erros e a aceitação, não de minha opinião, evidentemente, mas o acatamento total e filial do que foi ensinado pela Igreja no Concílio de Trento, que é infalível.

Pelo menos, espero isso da Sra. Hulschof.

Lamentavelmente, porém, conhecendo como sempre agiram os modernistas, prevejo que muitos, infelizmente, escaparão como fazem sempre:

Primeiro, negando a existência dos documentos (as Apostilas secretas de Kiko). Provada a sua existência, se dirá que deturpamos o seu conteúdo, ou que o interpretamos mal. Provado que os textos foram citados no contexto – daí nossas longuíssimas citações dos textos de Kiko e de Sra. Hulschof – dir-se-á que o texto escrito não expressa o que o autor quis dizer, que era preciso ter ouvido as palestras, ou então aceitar as explicações das palestras (como o fez Dona Margarida Hulschof). Provado que as explicações contêm erros graves, se diz que o que importa para compreender os textos é a “vivência”. E daí se recomeça um novo “roteiro” de justificações. “Et si cette histoire vos amuse, nous allons la

recomencer...”

Como não faltarão os que, para manter a defesa das heresias e absurdos doutrinários tentarão contrapor os documentos pastorais do Concílio Vaticano II ao que ensinou infalivelmente o Concílio de Trento.

Que Deus nos una a todos na verdade católica, pois só na verdade existe a unidade, é o que desejo, do fundo da alma, a todos os que lerem este trabalho, e especialmente a Dona Margarida Hulschof

“Et que Dieu nous veuille à tous absoudre”.

In Corde Jesu, semper, Orlando Fedeli

P.S. Estava concluindo este trabalho, quando chegou a seguinte notícia sobre um discurso do Papa João Paulo II que condena várias das teses defendidas por Kiko e pelos Neo Catecumenais, e que consideramos útil que fosse conhecido.

LA IGLESIA DEL MAÑANA NO ES UNA IGLESIA SIN SACERDOTES, DICE EL PAPA

VATICANO, 23 Nov. 01 (ACI).- El Papa Juan Pablo II reafirmó el papel irremplazable del sacerdote ordenado como cabeza de la comunidad parroquial al recibir en audiencia a los participantes de la asamblea plenaria de la Congregación para el Clero, que preside el Cardenal Darío Castrillón Hoyos.

En el discurso a los miembros del Dicasterio reunidos a discutir el tema “El presbítero, pastor y guía de la comunidad parroquial”, el Papa subrayó que solo un sacerdote ordenado puede ser un pastor válido y que los parroquianos pueden colaborar con él pero nunca ocupar el lugar del sacerdote.

Juan Pablo II recordó también la importancia, en la vida de un sacerdote, de una predicación adecuada, de la naturaleza vital

de la celebración dominical de la Eucaristía y de mantener este precepto, de enseñar la presencia real de Cristo en la Eucaristía y de no consentir a los organismos consultivos canónicamente autorizados de ir más allá de sus deberes como consultores del pastor.

“El sacerdote ‘in persona Christi’ (personificando a Cristo) celebra el sacrificio de la Misa y administra los sacramentos”, dijo el Papa; y agregó que “para la parroquia tener un sacerdote como pastor propio es por lo tanto de importancia capital”, pues “el de pastor es un título reservado específicamente al sacerdote”. “De hecho, el orden del presbiterado representa para él la condición indispensable e imprescindible para ser nombrado párroco válidamente”.

#### El Párroco y la Eucaristía

“Ciertamente, los otros fieles pueden colaborar con él activamente, incluso a tiempo pleno, pero ya que no han recibido el sacerdocio ministerial, no pueden sustituirlo como pastor”, advirtió el Papa; y explicó que la comunidad eclesial “necesita absolutamente el sacerdocio ministerial para tener a Cristo como cabeza y pastor presente en ella”.

Juan Pablo II recalcó que “Cristo está presente en la Iglesia de forma eminente en la Eucaristía, fuente y culmen de la vida eclesial. Está presente realmente en la celebración del santo Sacrificio, como también cuando el pan consagrado se custodia en el sagrario”.

El Papa se refirió luego a la importancia de observar el precepto dominical y citó su carta apostólica *Dies Domini* de 1998: “Entre las numerosas actividades que desempeña una parroquia, ninguna es tan vital o formativa para la comunidad como la celebración dominical del día del Señor y de su Eucaristía”. “Ninguna podrá jamás sustituirla”, agregó.

No pronosticar un iglesia sin sacerdote

“Donde falta el sacerdote –prosiguió el Papa– es necesario suplicar a Dios con fe e insistencia que provea de numerosos y santos obreros a su viña”; porque “sería un error fatal resignarse a las dificultades actuales, y comportarse de hecho como si hubiera que prepararse a una iglesia del mañana, imaginada casi privada de presbíteros. De este modo, las medidas adoptadas para suplir las carencias actuales resultarían sumamente perjudiciales para la comunidad eclesial, a pesar de toda buena voluntad”.

“La parroquia es un lugar privilegiado para la proclamación de la Palabra de Dios”, dijo el Papa. Un sacerdote debe “tener una gran familiaridad personal con la Palabra de Dios” y debería intentar ser lo más eficaz posible en su ministerio de predicador.

“La colaboración de los demás, que no han recibido esta configuración sacramental a Cristo –concluyó– es deseable y a menudo necesaria”.

Sin embargo, esas personas “deben ser fieles a la finalidad consultiva que les es propia” y por lo tanto “será necesario estar en guardia ante cualquier forma que, de hecho, tienda a disminuir la autoridad del párroco”.